

BOLETIM CRCSP

ANO XXXIX MAR / ABR / MAIO 2009 ÓRGÃO INFORMATIVO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 170

**SPED PASSA A SER OBRIGATÓRIO
PARA MAIS EMPRESAS EM 2009**

**MAIS UMA CONQUISTA:
CRC SP IMPLANTA OUVIDORIA**



AMPLIAÇÃO DA SEDE



■ ■ Editorial-----	4
Cartas -----	5

ARTIGOS

■ ■ A Contabilidade e a crise mundial -----	6
A importância da Auditoria Interna nas organizações-----	12
A influência do Contabilista pró-ativo no sucesso das micro e pequenas empresas brasileiras-----	16
A realidade do <i>outsourcing</i> -----	18
Alguns desafios e oportunidades na Governança Corporativa-----	20
Apagão de mão-de-obra -----	22
Contador e gestor tributário precisam saber sobre a Súmula Vinculante nº 8 do STF e as providências cabíveis -----	24
A importância da informação contábil na gestão das entidades-----	32
Empreendedorismo além do próprio negócio -----	34

NOTÍCIAS

■ ■ ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Facilitando a leitura: <i>Boletim CRC SP Eletrônico</i> -----	36
FISCALIZAÇÃO	
Atividades do Departamento de Fiscalização do CRC SP em 2008 ---	37

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Programação 2009 está definida ----- 38

REGISTRO

Número de Contadores supera o de Técnicos em Contabilidade
no Estado de São Paulo ----- 41

ESPECIAL

■ Sped passa a ser obrigatório para mais empresas em 2009 ----- 42

Entrega do Diploma de Mérito é marcada pela emoção ----- 44

Mais uma conquista para os Contabilistas:
CRC SP implanta Ouvidoria ----- 46

Eventos culturais do CRC SP encerram 2008 e abrem
temporada de 2009 ----- 48

Em momento de grande prestígio, CRC SP comemora 62 anos ---- 50

CRC SP desenvolverá projeto de Organização Profissional
para países de língua portuguesa ----- 52

Publicação do CFC traz sugestão de conteúdo curricular
para Ciências Contábeis ----- 54

Escritórios Contábeis passam do anexo V para o III ----- 55

ENTREVISTA

■ Mudanças na Contabilidade são uma constante: profissionais
devem se preparar para fazer a diferença ----- 56



CRESCER NA CRISE DEPENDE DE ORIENTAÇÃO

Crise para muitos, oportunidade para poucos. Muitas vezes, dos momentos de tensão e pressão nascem as ideias mais criativas e (por que não?) as mais óbvias.

Terminamos 2008 e iniciamos 2009 sob o signo da crise econômica que se abateu sobre as nações mais ricas e mais poderosas do planeta. Ninguém escapou e o Brasil também já sente essas oscilações na economia, que vão se refletindo na perda de postos de trabalho e menores chances de negócios.

Para os Contabilistas, esta é a oportunidade para exercer a profissão em sua plenitude, oferecendo ao usuário da Contabilidade o que melhor sabem fazer: planejar, apresentando opções de negócio, por meio de informações contábeis seguras.

Muitas vezes precisamos parar em meio ao caos para refletir, mudar o nosso rumo e seguir na direção correta. Nos negócios também é assim; do transtorno pode vir a clareza de quem, como o Contabilista, sabe orientar, planejar e gerir.

Temos, pois, muito trabalho pela frente neste 2009, ano também da 21ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, que acontecerá de 19 a 21 de agosto, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi. O CRC SP já está preparando este grande evento com muito carinho.

Vamos lutar muito pelos nossos sonhos, apesar dos percalços, espelhando-nos na frase do ex-presidente dos Estados Unidos, John Kennedy: “Quando escrito em chinês a palavra crise compõe-se de dois caracteres: um representa perigo e o outro representa oportunidade”.

SERGIO PRADO DE MELLO - PRESIDENTE DO CRC SP



CONSELHO DIRETOR

Presidente: Sergio Prado de Mello
 Vice-presidente de Administração e Finanças: Domingos Orestes Chiomanto
 Vice-presidente de Fiscalização: Claudio Avelino Mac-Knight Filippi
 Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional: Luiz Fernando Nóbrega
 Vice-presidente de Registro: Celina Coutinho

CÂMARA DE RECURSOS

Coordenador: Mauro Manoel Nóbrega
 Vice-coordenadora: Marcia Ruiz Alcazar
 Membros: Antonio Baesso Neto, Celso Aparecido Gonçalves e Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho

CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

Coordenador: Walter Iório
 Vice-coordenadora: Marilene de Paula Martins Leite
 Membro: Wanderley Antonio Laporta
 Suplentes: Maria Anselma Coscrato dos Santos, Ana Maria Costa e Ari Milton Campanhã

I CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

Coordenador: Luis Augusto de Godoy
 Vice-coordenador: Niveson da Costa Garcia
 Membros: Arnaldo Longhi Colonna, Carlos Roberto Matavelli e Edevaldo Pereira de Souza

II CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

Coordenador: Julio Linuesa Perez
 Vice-coordenadora: Daisy Christine Hette Eastwood
 Membros: Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos, Sergio Vollet e Zaina Said El Hajj

III CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

Coordenador: Marcelo Roberto Monello
 Vice-coordenador: Almir da Silva Mota
 Membros: Ana Maria Costa, Cibele Costa Amorim e Neusa Prone Teixeira da Silva

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Coordenador: José Joaquim Boarin
 Vice-coordenadora: Telma Tibério Gouveia
 Membros: José Carlos Melchior Arnosti, José Donizete Valentina e Umberto José Tedeschi

CÂMARA DE REGISTRO

Coordenador: Celso Carlos Fernandes
 Vice-coordenadora: Maria Anselma Coscrato dos Santos
 Membro: Ari Milton Campanhã

CONSELHEIROS SUPLENTES

Adilson Luizão, Ana Maria Galloro, Camila Severo Facundo, Carlos Carmelo Antunes, Carmem de Faria Granja, Cloriovaldo Garcia Baptista, Deise Pinheiro, Dorival Fontes de Almeida, Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira, Geraldo Gianini, Gilberto Benedito Godoy, Hermenegildo Vendemiatti, Jairo Balderrama Pinto, Jocilene Oliveira dos Santos, Joel Dias Branco, José Carlos Duarte Leardine, Lázaro Aparecido de Almeida Pinto, Leonardo Silva Tavares, Luciana de Fátima Silveira Granados, Luiz Bertasi Filho, Manassés Efraim Afonso, Marco Antonio de Carvalho Fabbri, Marina Marcondes da Silva Porto, Nelson Beutel, Oswaldo Pereira, Paulo Roberto Martinello Júnior, Rita de Cássia Bolognesi, Ronaldo Raymundo Saunier Martins, Setsuo Kaidei Júnior, Silmar Marques Palumbo, Teresinha da Silva, Valdimir Batista, Valdir Campos Costa, Vera Lúcia Vada e Wanderley Aparecido Justi.

Boletim CRC SP

Diretor: Sergio Prado de Mello
 Comissão de Publicações
 Coordenador: Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho
 Vice-coordenador: Antonio Luiz Sarno
 Membros: Almir da Silva Mota, Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira, José Carlos Melchior Arnosti, José Joaquim Boarin e Walter Iório.
 Jornalista responsável: Graça Ferrari - MTb 11347
 Jornalista: Michele Mamede - MTb 44087
 Registrado sob o nº 283.216/94 no livro "A" do 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo
 Projeto gráfico: Olho de Boi
 Periodicidade: Trimestral
 Fotolito e impressão: Prol Editora e Gráfica
 Tiragem: 115.000 exemplares

A direção da entidade não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados. **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS** – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo
 Rua Rosa e Silva, 60 – Higienópolis – 01230-909 – São Paulo – SP
 Tel.: 11 3824.5400, 3824.5433 (Teleatendimento)
 Fax: 11 3662.0035
 E-mail: crcsp@crcsp.org.br
 Portal: www.crcsp.org.br

**CARTAS**

Fico satisfeito ao ver que o Conselho não deixa de lado a comunicação com os Contabilistas. É importante demais a nossa classe contábil poder contar com as informações do *Boletim* e do site do CRC SP. Parabéns para toda a diretoria.
PEDRO FORTUNATO

Meu pai é Contador aposentado e como eu vi que o CRC SP tem uma Comissão para a Melhor Idade, sugiro que o *Boletim* publique notícias sobre as atividades para os idosos. É muito importante que aqueles que tanto contribuíram para a profissão recebam esse retorno.
CECÍLIA AUGUSTA MENDES SILVA

Fiquei sabendo da existência do Conselho ao participar do “Encontro de Estudantes” no circo. Achei a ideia muita criativa e quero dar os parabéns para os organizadores e dizer que foi bom descobrir que no futuro vou poder pertencer ao CRC SP.
ADRIANA PIVA BARBOSA

Lendo o *Boletim CRC SP* pude ficar por dentro de vários assuntos que me interessam. Peça que publiquem mais artigos sobre Controladoria e Auditoria.
JAIME ANTONIO MARQUES

Acho muito pouco receber o *Boletim CRC SP* apenas a cada três meses. Gostaria que a publicação saísse pelo menos uma vez por mês. Assim, os Contabilistas ficariam mais informados. Obrigada por mandar o *Boletim*.
PATRICIA APARECIDA LIMA



A CONTABILIDADE E A CRISE MUNDIAL

Podemos afirmar, sem medo de errar, que a crise mundial decorre de duas obras da engenharia financeira. São elas: os derivativos e as securitizações.

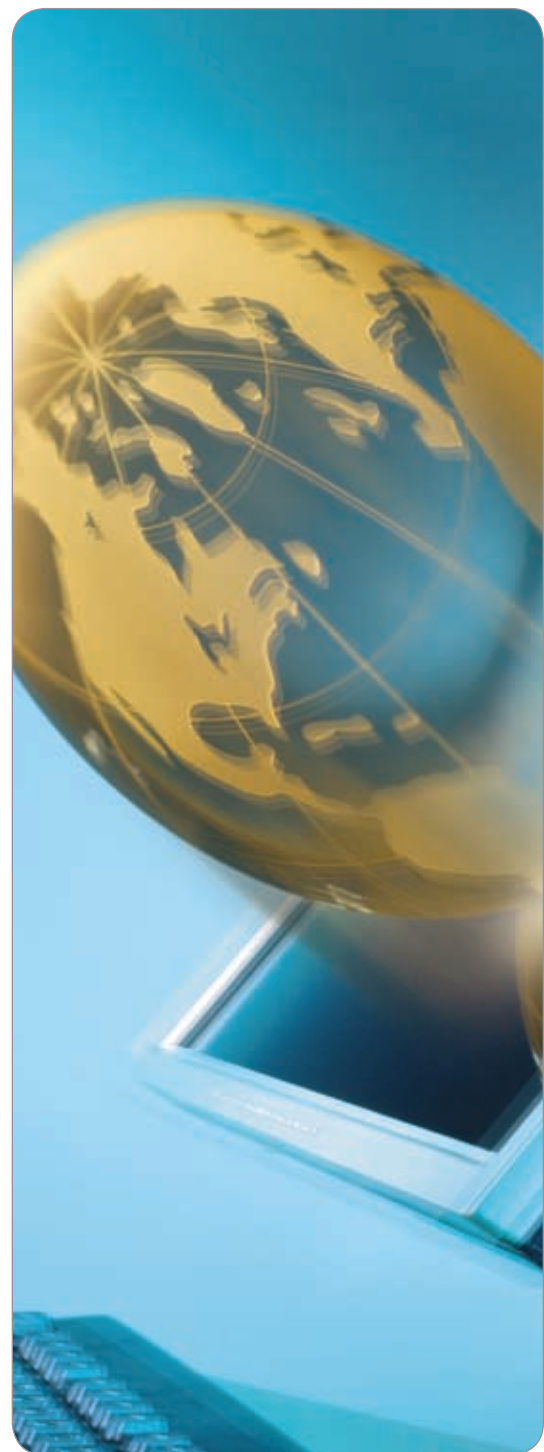
Há uma entidade no mundo chamada *Global Derivatives Study Group* que, em julho de 1993, escreveu: “apesar de a concepção sob a qual os derivativos se baseiam ser simples, eles são flexíveis e poderosos: uma contraparte exposta a um risco indesejado pode transferir este risco a outra contraparte, assumindo assim um risco diferente do original, ou pagando para se livrar daquele risco (...) um tomador de recursos pode, de fato, trocar o pagamento de dívidas em franco suíço por uma obrigação em dólares americanos. Um investidor pode trocar o retorno de uma combinação de ações norte-americanas por um de ações alemãs. Um comprador de petróleo pode fixar o preço futuro desse produto em ienes japoneses ou em qualquer outra moeda”. Neste mesmo trabalho, é definido o que é um derivativo: “um contrato bilateral ou um acordo de troca de pagamentos cujo valor deriva, como seu nome indica, do valor de um ativo ou objeto referenciado em uma taxa ou índice.”

Já a securitização é uma espécie de conversão de empréstimos bancários e outros ativos em títulos (*securities*) para a venda a investidores que passam a ser os novos credores desta dívida. Iniciou-se nos Estados Unidos, na década de 1970, quando o governo dos EUA e suas agências ligadas ao crédito hipotecário promoveram o desenvolvimento do mercado de títulos lastreados

em hipotecas. Assim, as instituições financeiras perceberam as vantagens desta nova técnica financeira, incorporando nela outros tipos de ativos. Na metade da década de 1980 foi elaborado o primeiro *commercial paper* lastreado em duplicatas. Outros recebíveis financeiros foram utilizados na securitização, com a introdução de títulos lastreados em financiamentos do setor automobilístico.

A globalização financeira fez com que os agentes econômicos comessem a demandar e a ofertar formas mais eficientes de financiamentos e de proteção, tentando minimizar alterações nas paridades de moedas e de índices. Neste contexto, surgiram os *euronotes*, eurodólares, petrodólares, *samurai-bond*, *project finance* e várias outras formas de engenharias financeiras com o capital sempre procurando maximizar o retorno e minimizar o risco.

Em 2003, quando já podíamos estudar as crises do México, da Coreia, da Rússia e do Brasil, para citar apenas estes países, quando também era objeto de estudo o que aconteceu com a Procter & Gamble, Banco Barings, Kashima Oil, Orange County e outras grandes empresas, o ex-primeiro ministro da Alemanha Helmut Schmidt afirmava, mais ou menos assim: “há uma grande possibilidade de uma crise de impacto global nos mercados financeiros, devido ao desconhecimento que as autoridades financeiras e a própria administração das grandes empresas possuem a respeito das operações com derivativos”.



De fato, operações com derivativos, a partir de um bem ou um direito em determinada moeda ou outro indexador, podem gerar uma obrigação em outra moeda ou outro indexador e haverá assim uma dança de indexadores e de moedas, tantos quantos sejam os atores (os bancos, os fundos de investimentos e as demais empresas financeiras e não-financeiras) deste imenso palco que é o mercado financeiro. A Securitização de Recebíveis é uma operação financeira estruturada na qual o emissor de títulos, sociedade de propósito específico, oferece como garantia aos adquirentes desses papéis os direitos creditórios, ou recebíveis, segregados de seu originador. O principal objetivo dessa operação é minimizar o risco de crédito a que os detentores dos títulos emitidos estarão expostos, e, desta forma, captar recursos a uma taxa de juros mais favorável.

Todas as operações de securitizações e derivativos possuem contratos. Assim, existem contratos futuros, contratos a termo, contratos de opções, contratos de *swaps*. Para todos os contratos, no caso dos derivativos, existem agentes que podem ser os *hedgers*, os arbitadores, os especuladores, as corretoras, as câmaras de compensação. Uma infinidade de empresas operando, podendo ser qualquer um dos agentes, tais como: bancos, fundos, bolsas, pessoas físicas e outras pessoas jurídicas financeiras ou não. E para a maioria das operações há necessidade de depósitos de margem.

E nada foi detectado? Claro que sim. A Contabilidade das empresas e dos bancos “incham” com ativos primários que derivam para vários outros ativos e o “inchaço” se dá tanto em contas patrimoniais representativas de direitos e obrigações, como também em contas de compensação que registram prováveis alterações patrimoniais. O “inchaço” provoca um fenômeno cha-

mado alavancagem financeira no qual se vê para cada unidade monetária de capital próprio, quanto há de capitais totais.

Um banco americano, no auge da crise, apresentava o indicador “ativo” sobre “patrimônio líquido” igual a 34. Isto significa que, de todo o capital originado por este banco, 97,06% são de terceiros (33/34) e, por diferença, 2,94% (1/34) são próprios, em outras palavras, dos acionistas. Quando os ativos se tornam podres, não há como pagar os capitais de terceiros. Foi o que ocorreu em escala mundial, tudo amplificado pelo absoluto descasamento dos prazos, moedas e taxas entre seus ativos e passivos.

Desde 1995, o mundo viu vários ataques especulativos a moedas de diversos países, quebras cinematográficas de empresas e bancos e quase todos envolvendo operações globais e derivadas de outras. Havia todos os sinais de que o mundo poderia sofrer uma “epidemia financeira” e todos não puderam ou não foram considerados. Os dados estavam lá, “marcados a mercado”, mas disper-

sos e em milhares de fundos, bancos, corretoras e outros tipos de empresas. Era preciso agregar os dados em um único relatório para transformar informação em conhecimento.

Havia sinais emitidos pela Contabilidade dos bancos, dos fundos, das corretoras, das câmaras de compensação e de várias outras empresas financeiras e não-financeiras. A economia dava sinais, por intermédio dos agregados monetários, de que também havia algo errado. Vejamos um exemplo provocado pela capacidade de os bancos criarem moeda. Vamos depois fazer uma analogia com o que ocorreu no mundo entre 2007 e 2008. O raciocínio é direto: quando um banco empresta recursos, cria-se um depósito secundário, derivado de um depósito primário. Quando uma empresa financeira ou não-financeira possui ativos primários, tais ativos podem ser derivados e securitizados.

Supondo, apenas para contextualizarmos o problema, que os encaixes dos bancos estão na ordem de 10% sobre a média dos depósitos à vista, vamos com este exemplo mostrar que tanto a Contabilidade quanto a economia podem apontar o problema para a sociedade, só não houve ação tempestiva alguma que o interrompesse. O exemplo a seguir é muito análogo com o que ocorreu no mundo, está sendo usado porque didaticamente é muito mais fácil de ser entendido por leigos.

Sabemos que há somente duas maneiras de se expandir os meios de pagamento (M1 – soma do papel-moeda em circulação mais os depósitos à vista dos bancos):

- a) emitindo-se moeda.
- b) criando-se Moeda Escritural (depósitos à vista). Condição possível de ser efetuada pelos bancos múltiplos ou comerciais.

Havia sinais emitidos pela Contabilidade dos bancos, dos fundos, das corretoras, das câmaras de compensação.



De fato, um depósito à vista num banco representa um direito que o depositante possui sobre uma determinada quantia. Inversamente, os bancos assumem a obrigação de devolver aquela quantia quando lhe for solicitado. Ocorre que, num banco, a todo instante existem depósitos e saques em dinheiro vivo, de tal forma que somente uma parcela do total dos depósitos à vista é necessária para atender àqueles saques. Supondo que apenas 10% do volume médio dos depósitos à vista sejam necessários para que os bancos atendam aos saques em dinheiro de seus correntistas, significa dizer que, para cada 1000 unidades monetárias médias de depósitos à vista, somente 100 unidades monetárias necessitam permanecer no cofre das agências e matrizes dos bancos. A diferença, se não houver algum impedimento, os bancos podem, por exemplo, emprestar. Este tipo de encaixe que visa a atender aos depositantes que procuram dinheiro em espécie é chamado tecnicamente de Encaixe Voluntário, ou seja, quanto dinheiro os bancos precisam ter para atender seus clientes.

Admitamos a seguinte situação: seja “r” a relação encaixes/depósitos à vista de determinado sistema bancário. Neste hipotético sistema, o governo incentiva os bancos a emprestarem recursos e não há uma regra que limite essa capacidade dos bancos. Suponha-se que o encaixe voluntário para a demanda por papel moeda e moeda metálica é da ordem de 10%. Assim, teremos:

r = encaixe voluntário = 10% depósitos à vista

Considere-se que o governo emitiu papel moeda no total de 100.000 unidades monetárias (UM) e que todas aquelas unidades monetárias foram



depositadas nos bancos daquele país em depósitos à vista (DAV). Vamos chamar este acréscimo de “R”. Nesta situação, o sistema bancário precisa encaixar voluntariamente 10.000 UM ou $(r \times R)$. A diferença, se não houver nada impedindo, os bancos vão querer emprestar. Teríamos assim a seguinte relação:

Necessidade de encaixe = $r \times R \Rightarrow 0,10 \times 100.000 =$	10.000
Sobra para emprestar = $R (1 - r) \Rightarrow 100.000 \times (1 - 0,10) =$	90.000
Total =	100.000

Se admitirmos que os bancos irão emprestar os recursos e que o público não guardará esses empréstimos sob a forma de moeda manual e sim os depositará novamente no sistema, teremos novos depósitos nos bancos no valor exato dos empréstimos concedidos. E aí teremos uma nova relação:

Necessidade de encaixe = $r \times R \Rightarrow 0,10 \times 90.000 =$	9.000
Sobra para emprestar = $R (1 - r) \Rightarrow 90.000 \times (1 - 0,10) =$	81.000
Total =	90.000

Os bancos agora emprestarão os 81.000 que sobraram:

Necessidade de encaixe = $r \times R \Rightarrow 0,10 \times 81.000 =$	8.100
Sobra para emprestar = $R (1 - r) \Rightarrow 81.000 \times (1 - 0,10) =$	72.900
Total =	81.000

Já é possível perceber que o governo gerou um depósito primário na economia no valor de 100.000 UM. O Sistema bancário daquele país, se nada o impedir, vai transformar aquele depósito primário em vários outros depósitos derivados (os empréstimos). Em um nível de encaixe voluntário de 10%, os depósitos por conta daquele primeiro depósito crescerão na economia. Colocando os dados do sistema bancário numa tabela, temos:

DEPÓSITOS		ENCAIXE VOLUNTÁRIO	
100.000 ⁽¹⁾		10.000	
90.000 ⁽²⁾		9.000	
81.000		8.100	
72.900		7.290	
65.610		6.561	
..		..	
..		..	
..		..	
TOTAL	?	TOTAL	?

⁽¹⁾ DEPÓSITO PRIMÁRIO

⁽²⁾ DE 90.000 EM DIANTE, DEPÓSITOS DERIVADOS.

Obs. Atente para o fato de que quando um banco empresta, credita uma conta-corrente (Depósito à Vista)

Por meio de uma formulação matemática teríamos:

$$D = R [1 + (1-r) + (1-r)_- + (1-r)_- + \dots]$$

Em que:

D = depósitos totais após acréscimo

R = acréscimo nos depósitos

r = encaixe voluntário

Estamos diante de uma PG (Progressão Geométrica) de ordem decrescente e sabemos que a soma dos termos de uma PG é igual ao termo inicial dividido por um menos a razão. Então teríamos:

$$D = R \frac{1}{1-(1-r)} \Leftrightarrow D = \frac{R}{r}$$

Substituindo, vem:

$$D = 100.000 \times \frac{1}{0,10} \quad D = 1.000.000$$

E nada foi detectado? Claro que sim. A Contabilidade das empresas e dos bancos “incham” com ativos primários que derivam para vários outros ativos e o “inchaço” se dá tanto em contas patrimoniais representativas de direitos e obrigações, como também em contas de compensação que registram prováveis alterações patrimoniais.



Resumindo: se houver apenas encaixe voluntário de 10%, o sistema bancário multiplica a moeda em até 10 vezes, a partir de um único depósito primário de 100.000 UM. O sistema bancário do nosso país hipotético expandiu os Meios de Pagamento (M1) e como se diz em economia: “criou moeda”. Na prática, cada banco possui centenas, alguns bancos milhares de correntistas. A experiência indica que: a) somente uma parte dos depósitos é movimentada em espécie ao mesmo tempo; b) a outra parte (a maior) é movimentada por papéis (cheques, DOCs, TEDs); c) a todo momento existem correntistas sacando e outros depositando.

Logo, podemos concluir que, no sistema bancário, somente uma pequena parte dos valores existentes num banco é utilizada para lastrear o movimento das agências. A maior parte permanece no banco. Se pensarmos no sistema bancário como um todo vale a observação de que todos os cheques sacados serão novamente depositados no sistema. E, desta forma, o mecanismo de expansão é o mesmo.

O importante a destacar é que, se o sistema bancário utiliza, por exemplo, 10%, em média, do total dos seus depósitos para garantir suas obrigações e não há encaixes obrigatórios para reduzir a capacidade de os bancos de criarem moeda, podemos concluir, hipoteticamente, que este sistema pode assumir obrigações de até 10 vezes do que ele dispõe de valores médios encaixados.

Na fórmula utilizada, a razão 1/r é chamada de multiplicador dos depósitos bancários. Reparem que tanto menor r, maior será a capacidade de os bancos expandirem a moeda. É exatamente para conter esta capacidade de expansão que existem os recolhimentos compulsórios (encaixes obrigatórios). Mas aqui o problema será outro. Numa

crise de credibilidade desse sistema, haverá uma corrida por moeda ou por outros ativos reais. Haverá muitos saques nos bancos. Reparem que nos bancos existem somente 100.000 unidades monetárias, as outras 900.000,00, se sacadas pelo “efeito manada”, deverão ser bancadas (criadas) pelas autoridades monetárias desse país imaginário.

A Contabilidade dos bancos registrava o seguinte:

ATIVO		PASSIVO	
Disponibilidade	100.000,00	Depósitos à vista	1.000.000,00
Empréstimos	900.000,00		
Total do Ativo	1.000.000,00	Total do passivo	1.000.000,00

E os agregados monetários estavam lá apontando que os depósitos à vista haviam se elevado para 1.000.000,00 de unidades monetárias, partindo das 100.000,00 lançadas primariamente na economia.

Em uma analogia com o sistema “cheio” de direitos derivados e securitizados, a Contabilidade mostrará que os bens, direitos e obrigações estarão

contabilizados nas empresas financeiras e não-financeiras. Na economia desse sistema, estarão no M2 e no M3 os títulos privados, as quotas dos FIFs de renda fixa, as operações compromissadas indicando a liquidez do sistema e a capacidade de captação de recursos (é para isso, entre outras coisas, que servem os agregados monetários).

No caso atual, ocorreram muitos empréstimos imobiliários, lastreados em letras hipotecárias, as quais, aos milhares, foram securitizadas e derivadas em vários pontos do mundo. Quando o americano pobre (*sub-prime*) não pagou ao banco, o banco não pagou ao detentor do direito sobre a letra e este detentor não pagou a outro detentor de direitos e assim por diante. Deste modo, chegou o setembro negro de 2008. No entanto, a Contabilidade não pode ser culpada desta vez.



RAIMUNDO ABEN ATHAR

Contador, mestre em Gestão Empresarial, pós-graduado em Didática do Ensino, pós-graduado em Administração Financeira.

SPED e NF-e

A Serasa Experian tem o melhor para você e seu cliente



Atenção
para os prazos*:
NF-e: 01/04/09
Sped Fiscal: 29/05/09
Sped Contábil: 30/06/09

A Serasa Experian tem tudo o que você e seus clientes precisam para SPED (Fiscal e Contábil) e Nota Fiscal Eletrônica, desde **Certificados Digitais** até **Portal NF-e**.

A parceria da Serasa Experian com o CRC garante condições comerciais privilegiadas para o contabilista e seus clientes. Então não espere seu prazo vencer! Conte com a qualidade Serasa Experian.



*Mais informações no site certificadodigital.com.br



A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES

A Auditoria Interna é uma das mais importantes ferramentas para o controle administrativo. A ausência de controles adequados para empresas de estrutura complexa a expõe a inúmeros riscos, frequentes erros e desperdícios.

A necessidade das empresas investirem em desenvolvimento tecnológico, aprimorar seus controles, reduzir custos, tornando mais competitivo os seus produtos, faz com que necessitem de um grande volume de recursos.

A problemática vem com a expansão das organizações no mercado e o desconhecimento de seus administradores sobre a necessidade de auxílio da Auditoria Interna para obtenção de informações corretas da situação patrimonial e financeira da empresa. Ela deixa de captar recursos junto a terceiros, como empréstimos bancários ou abrindo seu capital social para novos investidores.

A Auditoria Interna, por orientação gerencial da alta administração da empresa, tem que examinar cada ramificação e os segmentos, em períodos regulares de tempo.

A Auditoria surgiu da necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários dos valores retratados no patrimônio das empresas que possuíam ou as que pretendiam realizar seus investimentos, principalmente com o grande crescimento econômico-financeiro e com o aparecimento das grandes empresas que são representadas em vários países.

Dessa especialização surgiu uma ramificação que foi chamada de Auditoria Interna. A Auditoria Interna é a tarefa designada a avaliar de forma independente, dentro de uma entidade, os controles contábeis, financeiros e de outros tipos, no sentido de auxiliar a administração.

Conforme Almeida (1996), com a expansão dos negócios, notou-se a necessidade de dar maior atenção às normas ou aos procedimentos internos. Isso decorreu do fato de que o administrador e, em alguns casos, o

proprietário da empresa não poderiam supervisionar pessoalmente todas as atividades. No entanto, de nada valeria a implantação de quaisquer procedimentos internos sem que houvesse um acompanhamento para verificar se eles eram seguidos pelos empregados da empresa.

Para atender à administração da empresa, foi necessária uma Auditoria mais periódica, com maior grau de profundidade e que visasse, também, às outras áreas não-relacionadas com a Contabilidade, como sistema de controle interno, administração de pessoal etc.

O controle interno representa o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, para produzir dados confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

A partir das necessidades mencionadas surgiu o Auditor Interno como uma ramificação da profissão de Auditor Externo e, conseqüentemente, do Contador. O Auditor Interno é um empregado da empresa e, dentro de uma organização, ele não deve estar subordinado àqueles cujos trabalhos examina. Além disso, para não haver interferência na independência, o Auditor Interno não deve realizar atividades que possa, um dia, vir a examinar, como, por exemplo, o desenvolvimento de lançamentos contábeis.

AUDITORIA INTERNA X AUDITORIA EXTERNA

Segundo Attie (1992), a função da Auditoria Interna repousa em atividades detalhadas da empresa, relacionadas, de maneira intensa, com o andamento de cada função, área, departamento, setor e operação.

A Auditoria Interna, por orientação gerencial da alta administração da empresa, tem que examinar cada



ramificação e os segmentos, em períodos regulares de tempo, para observar a aderência às políticas, à legislação, à eficiência operacional e aos aspectos tradicionais de controle e salvaguarda da empresa.

Apesar de ambas as funções de Auditoria cobrirem algumas atividades similares, a ênfase e a forma de abordá-las variam, a Auditoria Externa tem como objetivo a revisão global das atividades, de maneira menos detalhada.

A Auditoria Externa não elimina a necessidade da Auditoria Interna, porque a Auditoria Interna da organização auditada possibilita maior segurança ao Auditor Independente, evitando a duplicidade de trabalho e reduzindo os custos de ambas as partes, uma vez que a qualidade dos trabalhos praticados assim indique, e permite a identificação e resolução antecipada de problemas que só são solucionados no último instante.

CONTROLE INTERNO

A norma de Auditoria, referente ao trabalho no campo geralmente aceita, estabelece que o Auditor deve avaliar o sistema de controle interno da empresa auditada com o intuito de determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de Auditoria.

Conforme Almeida (1996), o Auditor executa os seguintes passos em sua avaliação de controle interno:

- levanta o sistema de controle interno;
- verifica se o sistema levantado é o que está sendo seguido na prática;
- avalia a possibilidade de o sistema revelar, de imediato, erros e irregularidades;
- determina tipo, data e volume dos procedimentos de Auditoria.

A administração da empresa é responsável pelo estabelecimento do sistema de controle interno, pela verificação de que está sendo seguido pelos funcionários e por suas possíveis modificações no sentido de adaptá-lo às novas circunstâncias. As principais razões para definirem as atribuições são:

- assegurar que todos os procedimentos de controles sejam executados;
- detectar erros e irregularidades;
- apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da empresa.

EFETIVAÇÃO DE TESTES

O principal objetivo do Auditor Interno é emitir sua opinião em relação ao funcionamento dos controles internos e aos resultados obtidos no setor. Para atingir seu objetivo, o Auditor necessita planejar adequadamente seu trabalho, avaliar o sistema de controle interno a fim de estabelecer natureza, datas e extensão dos procedimentos de Auditoria



e colher evidências comprobatórias das informações.

Conforme Maesta (2008), os passos efetuados pela Auditoria devem, primeiramente, ser planejados para que haja uma sequência de trabalho a ser seguida. Depois, o Auditor avaliará os procedimentos de controle interno, efetuando a revisão. Ao executar os procedimentos de Auditoria, o Auditor aplicará testes de avaliação para colher as evidências, ou seja, os fatos ocorridos e, a partir deste, emitirá um relatório com as deficiências do setor e sugestões de melhoria

MODALIDADES DE AUDITORIA INTERNA

Várias modalidades de Auditoria Interna foram sendo incorporadas ao longo do processo de desenvolvimento

A administração da empresa é responsável pelo estabelecimento do sistema de controle interno, pela verificação de que está sendo seguido pelos funcionários e por suas possíveis modificações.

das atividades. Como demonstra Gass (2008), elas são as seguintes:

a) Contábil/Financeira – a Auditoria Contábil focaliza prioritariamente as demonstrações financeiras, examinando e avaliando as partes componentes desses demonstrativos, bem como os procedimentos e registros, aferindo o nível de aderência à legislação e aos Princípios Fundamentais da Contabilidade, como também às normas internas da empresa.

O enfoque financeiro cobre, prioritariamente, as áreas de tesouraria, aplicações financeiras, captação de recursos, envolvendo avaliação de liquidez e rentabilidade. Ultimamente, vem buscando focalizar também a atividade de planejamento e controle dos resultados.

b) Operacional – modernamente, a Auditoria Operacional é considerada, em essência, um enfoque. A Auditoria Operacional procura aferir se a organização ou unidade submetida a exame e avaliação opera de forma eficiente. Sob esse enfoque, o Auditor Interno deve avaliar as operações da empresa segundo o escopo dos seus objetivos definidos no plano tático ou operacional e verificar a qualidade da versão impressa.

O objetivo geral da Auditoria Operacional é assessorar a administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, avaliando se a organização, unidades, sistemas, operações e programas da empresa estão atingindo os objetivos da corporação de forma eficiente.

c) Sistemas – abrange o exame e a avaliação dos processos de desenvolvimento, teste aplicativo e operação dos sistemas, cabendo informar à administração sobre a adequação, eficiência, segurança, custos, documentação etc. É uma

área de atuação muito importante da Auditoria, seja na extração de informações dos sistemas, seja na implantação de trilhas de Auditoria e, também, no próprio processo de automação interna do órgão de Auditoria.

d) Qualidade – a qualidade é um pressuposto básico em todas as atividades da empresa e tem merecido, também, um foco especial da Auditoria. No entanto, é importante analisar a questão não somente sob a ótica da percepção do cliente, mas também do ponto de vista de contribuição de resultados da empresa. Em tese esse objetivo da empresa é dotar os seus produtos do mais alto padrão de qualidade. Porém não se pode esquecer de verificar se o seu cliente está disposto a pagar pelos custos adicionais incorridos para produzir com maior qualidade.

e) Gestão – cada uma das modalidades de Auditoria apresenta características específicas. Na maioria das vezes, elas se sobrepõem e nem sempre é possível segmentar cada uma delas. A financeira complementa a operacional, que por sua vez se utiliza da Auditoria de sistemas e todas estão focadas na obtenção dos melhores resultados da empresa. Assim, podemos observar que as verificações da Auditoria, qualquer que seja o tipo, têm por objetivo final, contribuir para a maioria dos resultados. A Auditoria de Gestão, especificamente, se utiliza dos procedimentos dotados nas outras modalidades de Auditoria, porém muito focada na avaliação dos resultados obtidos pela unidade sob exame, em confrontação com a estratégia e o plano de ação, bem como na identificação de ameaças e oportunidades para consecução de resultados futuros.



RESULTADO

De acordo com pesquisas efetuadas para a elaboração deste artigo, constatou-se que as organizações passaram a dar importância à Auditoria Interna após passarem por uma fiscalização e/ou uma Auditoria. Elas notaram que a Auditoria Interna é uma ferramenta essencial no auxílio à alta administração com informações exatas, além de ajudar no controle e na elaboração de controles contábeis, financeiros e de outro tipo.

DISCUSSÃO

A título de exemplo, podemos tomar uma pequena empresa de um só dono, que pode controlar todas as operações que envolvem dinheiro, para compra e venda de mercadorias, recebimentos e pagamentos, controle de produção e eficiência dos funcionários, contas a pagar e contas a receber. Como tudo isso está centralizado em um único local e seu tempo é voltado única e exclusivamente à empresa, essa pessoa consegue desenvolver eficientemente todas as atividades.

Devido ao crescimento de sua atividade econômica, essa empresa passou a dispor de mil funcionários e de três fábricas de atividades diversas, situadas em locais distintos e distantes. Aquele controle inicial exercido, única e ex-

clusivamente, pelo dono necessita ser delegado a outras pessoas que cuidarão, individualmente, de uma parte ou segmento da empresa, e assim por diante. A Auditoria Interna neste momento passa a ser uma atividade necessária à organização, concedendo-lhes alternativas para tomada de decisões, como ferramenta de trabalho, de controle, assessoria e administração.

CONCLUSÃO

A Auditoria Interna é fundamental nas organizações, frente a uma nova realidade de um ambiente globalizado, e contribui significativamente para a gestão eficaz dos negócios. Nas organizações a Auditoria Interna deve ser de um “agente visionário”, com atitudes e ideias voltadas para alavancar resultados, e não somente exercer atividades de controles internos. O profissional desta área deve estar permanentemente atualizado, estudando continuamente, adequando-se e adaptando-se às novas exigências do mercado.

Conclui-se, por meio da pesquisa realizada para este trabalho, que a Auditoria Interna é uma ferramenta que auxilia a administração da empresa, assegurando que os controles internos e rotinas de trabalho estão sendo habilmente executados e que os dados contábeis merecem confiança.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Auditoria: Um Curso Moderno e Completo*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ATTIE, Willian. *Auditoria Interna*. São Paulo: Atlas, 1992.

GASS, Armando. *Papel da Auditoria Interna*. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br/comissoes/audinterna>>. Acesso em: 04 abr. 2008.

MAESTA, Vitor Paulo. *A importância da Auditoria Interna nas organizações*. Disponível em: <<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=1271>>. Acesso em: 18 mai. 2008.

LEANDRA DE JESUS LIMA
Estudante de Ciências Contábeis.

ROBERNEI APARECIDO LIMA
Professor, bacharel em Ciências Contábeis.



A INFLUÊNCIA DO CONTABILISTA PRÓ-ATIVO NO SUCESSO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Será que os nossos clientes sabem o quanto é necessário faturar para poder, ao menos, pagar todos os compromissos rotineiros da empresa? Esta dúvida é muito comum quando se pretende ter uma noção da situação econômica e operacional da empresa, ou quando se quer iniciar uma determinada atividade empresarial.

Convém lembrar que uma grande parte das micro e pequenas empresas trabalha num mercado de concorrência em que o preço de venda é determinado pela atuação do mercado.

Por isso, sempre que possível, devemos incentivar os empresários a analisar a atuação da concorrência, observando suas estratégias financeiras, comerciais e mercadológicas. A análise se inicia com a identificação da delimitação física e, em seguida, pelo *mix* de produtos ou serviços, pela

similaridade de produtos ou serviços, promoções, formas de atendimento etc. É preciso, também, conhecer os preços e a qualidade dos produtos dos concorrentes por meio de mapas, observando fornecedores e suas referências. Certamente, o empresário que possua informações estratégicas estará munido de ferramentas bastante significativas para agregar valor à desafiadora tarefa de formação de preços.



Alguns empresários elaboram os preços de seus produtos apenas aplicando uma porcentagem simples sobre eles. Porém, a formação do preço de venda vai muito mais além, pois está norteada pela soma de todos os custos que a empresa tem para comprar e vender o produto ou serviço.

Um conhecimento básico em custos que todos os empresários devem ter é o de diferenciar os fixos dos variáveis. O Contabilista contratado pela empresa pode auxiliar na distinção e definição de ambos para o empreendimento.

Em uma explicação breve, os custos fixos são os que não variam em função de uma determinada quantidade produzida de produtos ou serviços. Assim, se a empresa produz mais ou menos, os custos fixos existirão na mesma proporção. Só existirá variação nos custos fixos quando ocorrerem mudanças na

estrutura administrativa, pessoal, técnica ou até no nível de atividade da empresa. Os custos variáveis são os que só existem em função das vendas. Podemos citar como exemplo a matéria-prima, embalagens, comissões, impostos de vendas, frete sobre as vendas, mão-de-obra etc.

Devemos incentivar os empresários a se capacitarem visando à angariação e reciclagem de conhecimentos específicos de gestão empresarial.

Uma das ferramentas utilizadas para a formação do preço de venda é o *mark up*: um índice aplicado ao custo de um produto com seu respectivo custo fixo que contempla de maneira prática o preço real de um produto.

Esta ferramenta só funciona com precisão se o empresário estiver com

Devemos incentivar os empresários a se capacitarem visando à angariação e reciclagem de conhecimentos específicos de gestão empresarial.

a empresa na mão e mais uma vez nos direcionamos ao Contabilista, que deve auxiliar fornecendo informações contábeis, tributárias e gerenciais para uma eficiente formação de preço de venda.

O sucesso do empreendimento de nosso cliente depende muito da gestão dos empresários. No entanto, se atuarmos de forma mais pró-ativa, poderemos ajudá-lo efetivamente na busca do objetivo maior de todas as empresas: o lucro.

MARCELO ROCHA

Contador, mestre em Educação, Comunicação e Administração, delegado do CRC SP em São Vicente.

PREENCHIMENTO AUTOMÁTICO DA DASN. MAIS EFICIÊNCIA. MENOS DIGITAÇÃO.



Além da automatização do preenchimento do **DAS**, a Domínio Sistemas está lançando mais uma novidade que irá facilitar o seu trabalho: o preenchimento automático da **DASN** - Declaração Anual do Simples Nacional. Essa inovação elimina a necessidade de mais uma digitação, proporcionando muito mais tempo para realizar as outras declarações.

dominio
sistemas

A sua melhor escolha

www.dominiosistemas.com.br - Informações comerciais: 0800 645 4004

deluxe,



A REALIDADE DO *OUTSOURCING*

O *outsourcing* sempre foi cercado de mitos. O primeiro deles diz respeito à redução de custos, quando o conceito da prática não é essencialmente este, mas, sim, racionalizar processos das empresas, incluindo as áreas administrativas, contábeis, fiscais, financeiras e gestão de pessoas. Os prestadores de serviços de *outsourcing* têm, por outro lado, obrigação de expor com clareza ao mercado o que são capazes de oferecer às organizações para o auxílio na expansão dos negócios.

Considerado um meio de inovação das empresas, o *outsourcing* permite que elas direcionem seu foco às atividades-fins, responsáveis diretos pela viabilização de negócios e expansão e conquista de mercado. No entanto, o *back office* administrado de modo competente, apoiado em processos eficazes, por terceiros, permite a liberação da empresa para conduzir a linha de frente das suas atividades essenciais sem receio de estabelecer disparidades com as atividades-meios, ou mesmo ser ela instrumento de atravancamento da gestão direcionada em resultados.

Quando há disparidade, reforça-se a ideia de que o *outsourcing* não funciona.

Na verdade, o que provoca tal distorção é o fato de o *outsourcing* não estar sendo focado com o objetivo de impulsionar os negócios da organização. O seu trato foi essencialmente protocolar de execução de funções, sem, contudo, calcular o benefício ao negócio como um todo, com boa dose de exercício à inovação. Parcerias que não compartilham o alcance de resultados, crescimento mútuo e expansão estão fadados a fracassar.

Entretanto, boa parte dos projetos implementados de *outsourcing* gera retorno de investimento para o contratante. No entanto, o segmento é repleto de itens intangíveis com referência a sua influência dentro das organizações. Um deles refere-se àquilo que os projetos de *outsourcing* acrescentaram efetivamente de ganho às empresas relacionado exclusivamente à sua atividade-fim.

Para essa medição, é necessário haver intensa colaboração entre o contratante

e o contratado. Isto quer dizer troca de informações e dados, que nem sempre são simples de serem abertos pelas empresas que buscam os serviços de *outsourcing*. Entretanto, isso é necessário para se construir um valor sólido para a prática na organização.

No que tange a contratos, flexibilidade é a palavra-chave. Não adianta estabelecer metas rígidas entre contratante e contratado porque, no mundo de hoje, com tantas variáveis, aperfeiçoamentos constantes são movimentos importantes para se alcançar resultados. Isso não quer dizer que não se deva cuidar das obrigações de cada um.

Porém, deve-se acabar com a ideia de desenvolver projetos de *outsourcing* só porque existe uma ineficiência interna. É preciso detectar o problema, avaliar corretamente a extensão que a ineficiência acarreta para a atividade-fim do negócio e discutir internamente e com o futuro parceiro a melhor forma de se resolver a questão — ou pelo menos contribuir para solucionar.

Boa parte dos projetos implementados de outsourcing gera retorno de investimento para o contratante.

Detalhe importante ao qual as empresas de *outsourcing* têm sempre que ficarem atentas é em relação à inovação, pois ela possibilita a ampliação dos negócios e dos mercados e mais foco nas atividades essenciais de uma organização. Enfim, gera impactos positivos.

A dinâmica da inovação está relacionada à perspectiva de futuro. A observação do cenário organizacional e cultural da empresa é fundamental para se chegar a algum lugar com a prática. A sua aplicação requer persistência e envolve medidas gerenciais importantes, além de visão estratégica. Uma delas é de que não basta olhar a inovação apenas como transformador da linha de frente dos negócios. É preciso utilizá-la também nas áreas que abastecem o bom andamento das atividades e dão suporte à produção.

Inovação é cultivar ideias. Parceria define-se também em discuti-las. Empresas de *outsourcing* comprometidas com os negócios do contratante estão sempre agregando iniciativas inovadoras e voltadas ao sucesso. E só assim, com a adoção dos itens expostos anteriormente, é possível usufruir com plenitude o *outsourcing*, que visa a favorecer a inovação e melhorar o desempenho das organizações.

RONI DE OLIVEIRA FRANCO

Professor, especialista em finanças, gestão empresarial e gestão de outsourcing.

Soluções em Gestão Empresarial

Integração total com seu sistema Contábil

Economize tempo utilizando a troca de informações dos sistemas Northward com o seu sistema Contábil e Escrita Fiscal. Agilidade, rapidez na implantação e **custo acessível** são os diferenciais da Northward.

northgscom 
gestão de materiais

Controle de Estoque
 Cálculo MRP
 Controle de Inventário com coletor de dados
 Gestão de Armazéns e entrega com coletor de dados (WMS)
 Gestão de Compras
 Portal de compras na WEB
 Gestão de Importação
 Gestão de Vendas
 Automação da Força de vendas na WEB
 Gestão de romaneios e rotas de entrega
 Controle total do Faturamento
 NFE, SPED, NF Paulista, Sintegra

northgsfin 
gestão financeira

Contas a Pagar, Contas a Receber
 Tesouraria (caixa e bancos)
 Controle de cheques
 Cobrança escritural
 Pagamento escritural
 Previsão orçamentária

northgspro 
gestão da produção

Engenharia, PCP, Custos,
 Chão de Fábrica, MRP

northgscq 
gestão da qualidade

Roteiros de exames para o recebimento, produção e venda
 Controle total do RNC e RACAP
 Emissão de certificado por NF
 Controle de IQF
 Controle de SKIP lote
 Mapas de acompanhamento do RNC e RACAP
 Controle total da rastreabilidade dos produtos.

northgsos 
gestão de serviços

Controle de Avarias, Apontamento dos Serviços, Processos, Atribuições de Tarefas

northtruck 
gestão de transporte

Controle de coletas e entregas
 Gestão de conhecimentos
 Gerenciamento de Frota
 Controle do acerto de contas

northgspdv 
gestão de lojas

Cupom Fiscal, TEF Homologado
 Controle de troca, Sangria e descontos, Redução Z, Consultas no PDV

Conheça mais o que a Northward pode oferecer para sua empresa.

www.northward.com.br

(19) 3471.3131

northward
software solutions



ALGUNS DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA GOVERNANÇA CORPORATIVA

O mercado de capitais está agitado. Depois de seis anos de crescimento exuberante estamos presenciando quedas de preços das ações, principalmente das companhias novatas nas bolsas, que abriam o seu capital há menos de três anos.

É difícil sensibilizar pessoas para melhorias na Governança Corporativa em períodos de prosperidade. Entendo que chegou o momento para discutir alguns desafios e oportunidades. O ritmo de melhorias vai ser ditado pelos anseios das pessoas interessadas. Alternativamente, vamos ter de esperar mais alguns escândalos como os ocorridos recentemente para que as partes interessadas deixem de ser tão tolerantes com os atuais desvios de práticas nas empresas abertas.

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a Bovespa e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) muito fizeram para dar mais credibilidade ao mercado de capitais, emitindo instruções e orientações oportunas para melhorar as estruturas de Governança nas companhias. Assim como a Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), com a sua cruzada permanente pela transparência com qualidade de conteúdo na prestação de contas para todas as partes interessadas.

No entanto, muitas companhias abertas continuam de fato fechadas, por meio de controle de 60% ou mais de ações ordinárias em poder de empresas *holding* controladas por uma família, ou poucas famílias unidas por acordos entre elas. Nos Estados Unidos, houve desafios semelhantes

uns 70 anos atrás, resolvidos parcialmente com tributação maior para investimentos por meio de empresas *holding*. O objetivo era estimular essas empresas a transferirem suas ações para investimentos diretos pessoais nas empresas abertas. A pulverização de controle acionário é importante para promover efetivamente a democratização econômica das empresas abertas e pode ser acelerada com estímulos fiscais apropriados.

Em mercados acionários desenvolvidos, a maioria dos conselheiros é independente. Aqui, a maioria dos conselheiros é nomeada e subordinada aos desejos do acionista majoritário, muitos deles acumulando cargos na diretoria executiva. Muitas empresas só têm conselheiros independentes em decorrência do atendimento das exi-

gências mínimas da CVM e da Bovespa. Aqui a importância dos conselheiros independentes é muito maior, pois os poucos precisam estar sempre bem mais atentos para conduzir e influenciar os destinos da companhia para bem atender de forma equilibrada os interesses de todos os acionistas.

Algumas das falhas recorrentes que as partes interessadas do mercado de capitais poderiam demonstrar menos tolerância nas empresas abertas incluem:

- Existência de poucos conselheiros independentes qualificados com tempo razoável de dedicação.
- Comitês de Auditoria, remuneração e de Governança Corporativa, entre outros, incipientes e em muitos casos, quando constituídos, inoperantes.



- Conselhos e comitês de apoio se reunindo poucas vezes durante o ano. Neste aspecto, a deficiência parece que vem importada dos Estados Unidos, onde os conselhos se reúnem em torno de 6 vezes por ano – o que é pouco. Todavia, os conselheiros independentes de lá gastam em torno de 190 horas por ano, incluindo tempo dedicado aos comitês de apoio. Aqui, conforme noticiado, eles gastam em torno de 60 horas por ano e alguns chegam a integrar até dez conselhos de administração, atuando como presidente em muitos deles. Seria um espanto acreditar que o trabalho desses conselheiros é efetivamente profissional.

Acionistas, investidores e analistas de mercado poderiam demonstrar mais interesse em obter esclarecimentos sobre pontos como:

- Como cada um dos conselheiros contribui para criar valor para a companhia? Quantas horas despendem por ano em reuniões formais e na preparação prévia para reuniões e entendimento dos negócios? Qual é a remuneração que eles recebem?

- Como a composição atual do conselho otimiza a geração de valor para os acionistas?
- Como e em que periodicidade é feita a avaliação formal do conselho, conselheiros e participantes dos comitês? Quem avalia os avaliadores?

Dito acima, algumas perguntas que conselheiros poderiam fazer mais frequentemente, compartilhando formalmente no final de cada reunião suas avaliações com os outros conselheiros, incluem:

- Qual foi o benefício da reunião do conselho como um todo para a companhia e para os clientes considerando atendimento, inovação, captação e retenção?
- Qual foi a relevância dos temas abordados na reunião?
- Como foi a distribuição do tempo considerando a relevância dos temas apresentados?
- O material foi entregue com a antecedência necessária para a sua participação efetiva?
- Qual é a percepção de apoio dos departamentos envolvidos em

relação aos temas discutidos na reunião?

- Como está funcionando o controle de pendências?
- Qual é a sua autoavaliação de contribuição e envolvimento na reunião realizada?

O uso formal de um formulário de avaliação de reunião de conselho traz muitos benefícios. É essencial que o exemplo de boas práticas de gestão venha sempre de cima.

O objetivo deste artigo é compartilhar alguns desafios e oportunidades sem pretender, em poucas palavras, esgotar o assunto. Precisamos ser mais questionadores sobre a atuação dos componentes da Governança Corporativa no Brasil.

CHARLES B. HOLLAND

Contador, diretor do Comitê de Governança Corporativa da Anefac, ex-conselheiro do CRC SP, conselheiro independente de empresas.

Syspel Informatica

Sistemas Contábeis e Gestão Empresarial

18 ANOS DE DEDICAÇÃO

Folha de Pagamento
Contabilidade
Adm. Escritório

Escrita Fiscal
Livro Caixa
Faturamento



IMPORTAÇÕES
SPED
NOTA FISCAL PAULISTA
SIMPLES NACIONAL - SEFAZ
HOMOLOGNET

Suporte On-line e por Telefone, Atualizações On-line
Cursos Operacionais, Serviços Web: Relatórios via e-mail.

SOLICITE VISITA REPRESENTANTE COMERCIAL - PREÇOS PROMOCIONAIS !!

Tel.:(11) 2958-4392

www.syspel.com.br

comercial@syspel.com.br



APAGÃO DE MÃO-DE-OBRA

Um país em crescimento depende, essencialmente, de dois pilares para viabilizar um efetivo salto econômico: instalações físicas apropriadas para o desenvolvimento e capital humano. Sem uma infraestrutura com estradas, sistema ferroviário, portos, geração de energia para fluir a produção e pessoas devidamente preparadas para corresponder às necessidades do mercado não é possível que o potencial de crescimento de uma nação se transforme em realidade.

Com relação ao conjunto de instalações, há um forte movimento de estímulo a novos investimentos. Só com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o governo promete investir mais de R\$ 500 bilhões até 2010 em infraestrutura social e urbana; logística de transporte e energia. O problema maior está no chamado “apagão de mão-de-obra”. Com o ritmo de desenvolvimento aumentando, empresas dos mais diversos setores encontram dificuldades de contratar profissionais qualificados.

De um lado, as empresas têm tido grandes problemas para encontrar e manter profissionais habilitados. A revista inglesa *The Economist* realizou recente pesquisa que detectou que 80% dos executivos de países emergentes entrevistados consideram que o processo de recrutamento e retenção de talentos ficará mais complicado nos próximos três anos.

Assim, por conta da exigência do mercado de que os profissionais estejam sempre atualizados quanto ao velocíssimo avanço da tecnologia e dos processos e também aptos a realizar quotidianamente qualquer tipo de atividade dentro de seu campo de trabalho, tornou-se indispensável a criação de



um modelo de atualização e reciclagem permanente do conhecimento.

A pesquisa da revista *The Economist* também mostrou que 50% destes executivos consideram que há um crescente distanciamento entre as habilidades e competências dos universitários recém-formados e as necessidades das empresas. Ou seja, a instituição de ensino superior deveria fazer a ligação entre o que os estudantes anseiam e o que o mercado precisa. E isso não está acontecendo nos países emergentes.

O trabalhador médio brasileiro, de acordo com a CNI (Confederação Nacional da Indústria), tem seis anos de escolaridade, contra 12 dos norte-americanos e europeus. Uma das alternativas para reduzir tal disparidade é a educação continuada, pois possibilita que o profissional capacite-se rapidamente e atenda às condições atuais impostas pelo mercado.

O Ministério da Educação criou, em julho de 2004, um organismo específico para cuidar da questão: a Secad (Secretaria de Educação Conti-

nuada, Alfabetização e Diversidade). Os especialistas verificaram ser esta uma grande estratégia — e também uma saída — para que o profissional possa manter-se empregado e a empresa ganhe com o permanente aperfeiçoamento de mão-de-obra. A acelerada competitividade exige que se faça isso nos quadros de recursos humanos. Porém, a Secad, que já funciona há quatro anos, precisa agilizar o desenvolvimento das políticas públicas de incentivo à prática.

No meio corporativo, a educação continuada pode ser promovida de diversas maneiras, como em reuniões, encontros, instruções e trocas de experiências entre colaboradores, dentre outros. Para o desenvolvimento de habilidades e competências, as empresas têm buscado, cada vez mais, escolas de negócios que oferecem programas como cursos intensivos e MBAs, sempre em sintonia com as necessidades do mercado.

Em um artigo intitulado “A Educação Continuada e as Políticas Públicas no Brasil”, Sérgio Haddad, economista e

doutor em educação, comenta que, anteriormente, sob a influência da Unesco, este conceito remetia, principalmente, à idéia da formação e aprimoramento profissional, além de visar à adaptação do cidadão frente a um mundo em mudanças. Atualmente, abarca também a formação cidadã para a participação democrática e o desenvolvimento humano.

Nesse sentido, para Haddad, a educação continuada na América Latina utiliza, como referências, ideias produzidas pelo movimento de educação popular, além das teorias ligadas aos direitos humanos. A educação continuada, no entanto, não abre mão de uma boa base de escolarização, principalmente aquela voltada à alfabetização e pós-alfabetização.

O trabalhador médio brasileiro, de acordo com a CNI tem seis anos de escolaridade, contra 12 dos norte-americanos e europeus.

Hoje, um profissional que pretende alcançar seus objetivos, não pode abrir mão de obter conhecimento de modo constante, além dos anos de estudo que já possui. Participar de palestras, eventos e cursos e ler artigos relacionados à sua atividade podem sim ajudar a evoluir em um mercado que, cada vez mais, necessita de mais e mais pessoas sintonizadas com a realidade. Como disse certa vez o educador Cristovam Buarque, “o diploma, assim como a carteira de motorista, deveria ter prazo de validade”.

FERNANDO AUGUSTO
TREVISAN

Administrador e jornalista.

e-contab®
O mais novo conceito de Tecnologia Contábil

Sistemas sem Manutenção Mensal
Teste Gratuito por 2 meses

PREPARADOS PARA O SPED

Contabilidade | Folha de Pagamento | Livros Fiscais
Controle Patrimonial | Adm. de Escritório | PPP

São Paulo 11 2626-1962 SP Interior 19 3525-6600
Belo Horizonte 31 2626-2940 Curitiba 41 4063-7122 Rio de Janeiro 21 3005-9214 Salvador 71 2626-2728

www.e-contab.com.br



CONTADOR E GESTOR TRIBUTÁRIO PRECISAM SABER SOBRE A SÚMULA VINCULANTE Nº 8 DO STF E AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS

Foi amplamente divulgado que o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, em plenário e por unanimidade, que os prazos de decadência e prescrição das contribuições previdenciárias são de cinco anos e não de dez como preconizados pela Lei Ordinária nº 8.212/1991. Na esteira do histórico julgamento, aquela Corte, por maioria de 2/3, modulou-se os efeitos do julgamento e aprovou-se a Súmula Vinculante nº 8, que deverá obrigatoriamente nortear os julgamentos administrativos e os judiciais a partir de sua publicação, no dia 20 de junho de 2008, no DJU (*Diário da Justiça da União*).

A criação do Instituto de Direito, estabelecido pela Emenda Constitu-

cional nº 45, de 2004, mais conhecida como a Reforma do Poder Judiciário, teve como objetivo tornar a justiça mais ágil, eliminando recursos repetitivos sobre temas já decididos pelo plenário do STF. Por meio dela, a Corte atribuiu eficácia vinculante à edição, revisão ou cancelamento de enunciado de suas súmulas a partir de sua data de publicação pela Imprensa Nacional, que irá operar efeitos para os demais órgãos do poder constituído Judiciário, bem como para a Administração Pública, direta e indireta, dos demais entes federativos. Todos têm que decidir de forma alinhada com o STF.

Após a regulamentação, o STF começou a aprovar as primeiras súmulas vinculantes.

No caso *in comento*, havia uma discussão pendente no STF a respeito da inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/91, que previam prazos de dez anos para que a Previdência Social lançasse e cobrasse dívidas dos contribuintes. O CTN (Código Tributário Nacional) prevê que esses prazos (arts. 173 e 174) são de cinco anos e o CTN foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 como Lei Complementar.

De um lado, a legislação previdenciária exigindo dez anos; do outro, o CTN determinando cinco anos. A Corte Especial do STJ já havia decidido:

“Nos termos do art. 146, III, da Constituição Federal, a Lei Complementar

deve estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária. Dentre esses temas de normas gerais estão a decadência e a prescrição, que somente podem ser veiculadas por instrumentos normativos próprios. Daí se conclui, ao menos nesse exame preliminar, que o art. 45 da Lei nº 8.212, que instituiu o plano de custeio da Previdência Social, padece de vício de inconstitucionalidade ao dispor de prazo de dez anos para que o INSS lance os tributos sob sua administração.” (AI no Recurso Especial nº 616.348 – MG)

O STF foi chamado a colocar um ponto final na controvérsia, que vinha desde 1991. Na decisão plenária, foi reconhecido que “apenas lei complementar pode dispor sobre normas gerais – como prescrição e decadência em matéria tributária, incluídas aí as contribuições sociais.”

Após ouvir a opinião favorável do vice-procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel, os ministros aprovaram a Súmula Vinculante nº 8, sobre o tema julgado, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei nº 1.569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/91 que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário”.

Portanto, a partir de 20 de junho de 2008, tanto o Poder Judiciário como a Administração Pública – leia-se Receita Federal do Brasil, 2º Conselho de Contribuintes-MF e Procuradoria da Receita Federal – estão sujeitos a cumprir o preconizado na Súmula Vinculante nº 8 toda vez que tiverem que decidir e/ou agir em casos envolvendo decadência e prescrição das Contribuições Previdenciárias.

Aquela decisão fez um estrago enorme nos valores devidos pelas empresas ao INSS, tanto os que estão tramitando nas impugnações, nos recursos administrativos, quanto os

Doutrinariamente, a decadência é conceituada como sendo o perecimento do direito por não ter sido exercitado dentro de um prazo determinado. É um “prazo de validade” que o direito possui. Não comporta suspensão nem interrupção. É irrenunciável e deve ser pronunciado de ofício. Prescrição é a perda do direito à ação pelo decurso de tempo. É um prazo para o exercício do direito. Comporta a suspensão e a interrupção. É irrenunciável e deve ser arguida pelo interessado.

que estão escritos em dívida ativa, com ou sem execução fiscal, uma vez que inverteu a ordem dos valores: as CDAs, que gozam da presunção de certeza e liquidez, agora se presume ilíquidas e incertas. Os valores objetos de parcelamentos (Refis, Paes e Paex ou os outros parcelamentos) em curso na RFB e/ou na PFN (Procuradoria da Fazenda Nacional) também sofreram os efeitos da Súmula Vinculante nº 8 do STF.

Segundo o procurador-geral adjunto da Fazenda Nacional, Fabrício Da Soller, o caso significou para a União um prejuízo de R\$ 83 bilhões em contribuições que deixarão de ser cobradas.

Dos R\$ 72 bilhões em contribuições hoje cobradas pela via administrativa, R\$ 21 bilhões serão perdidos, assim como R\$ 20 bilhões de contribuições parceladas (inclusive as do Refis, Paes e Paex) e R\$ 42 bilhões já inscritos em dívida ativa.

Parte desse valor pode estar nas dívidas de cada empresa com débitos para com o INSS. Cabe ao gestor contábil e tributário agir imediatamente, não somente para detectar esses valores como também visando a evitar que as empresas continuem sendo obrigadas às penhoras indevidas – casos de débitos em fase de cobrança judicial – ou pagando parcelamentos com possíveis valores, embutidos nas parcelas mensais, fulminados pela decadência. Em tempos de juros altos deve-se evitar a descapitalização das empresas.

Neste ponto, é importante esclarecer a distinção entre prescrição e decadência, pois ambos os institutos de direito tiveram prazos reduzidos pela Súmula Vinculante nº 8 do STF.

Doutrinariamente, a decadência é conceituada como sendo o perecimento do direito por não ter sido exercitado dentro de um prazo determinado. É um “prazo de validade” que o direito possui. Não comporta suspensão nem



interrupção. É irrenunciável e deve ser pronunciado de ofício.

Prescrição é a perda do direito à ação pelo decurso de tempo. É um prazo para o exercício do direito. Comporta a suspensão e a interrupção. É irrenunciável e deve ser arguida pelo interessado, sempre que envolver direitos patrimoniais (exceto intercorrente).

Importante: decadência é um instituto de direito de cunho público, não disponível, que pode ser alegada a qualquer tempo e em qualquer fase do processo ou instância judiciária (inclusive em parcelamentos confessados). A confissão não prevalece sobre a decadência.



A DECADÊNCIA NA PRÁTICA

NO CASO DOS DÉBITOS DO INSS:

Até a data da NFLD e AI (lavrados pela fiscalização) ou data do LDC (Lançamento de Débito Confessado pelo contribuinte).

Contam-se cinco anos retroativos para a decadência. A partir dessa data retroativa (entre mais de cinco e até dez anos retroativos), os débitos foram fulminados pela decadência. Terão que ser baixados na dívida ativa do INSS e/ou expurgados dos parcelamentos em andamento (Refis, Paes, Paex ou outro).

Como a Súmula Vinculante nº 8 foi publicada em 20 de junho de 2008, daí em diante todos os órgãos do Judiciário e da Administração Pública – leia-se Receita Federal do Brasil e Procuradoria da Receita Federal – têm que decidir e agir de acordo com o preceito dessa Súmula.

As consequências práticas dessa decisão são:

- 1- Se existem débitos em aberto e não declarados, vencidos há mais de cinco anos.

Embora haja decisão do STF, inclusive com Súmula Vinculante nº 8, ainda não foi expedida Resolução do Senado Federal suspendendo os efeitos dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.121/94, julgados inconstitucionais, nem tão pouco promulgação de texto de lei ordinária alternado os citados artigos para se alinharem ao CTN.

Caso o contribuinte seja visitado pela fiscalização da RFB deve cumprir as exigências fiscais no que tange a entrega de documentação e, se houver lavratura de AI ou NFLD, impugnar os feitos fiscais que esteja em desacordo com a Súmula Vinculante nº 8. Na decisão da

Delegacia de Julgamento da RFB, esta deverá julgar a impugnação em consonância com a Súmula Vinculante nº 8.

- 2- Nos casos de defesas fiscais em andamento.

Tanto as que estão em tramitação nas Delegacias de Julgamentos da RFB quanto aos recursos pendentes no 2º Conselho de Contribuintes do MF deverão ser objeto de decisão alinhada com o preconizado na Súmula Vinculante nº 8, uma vez que a Administração Federal está sujeita ao decidido pela súmula em comento.

- 3- Débitos inscritos em dívida ativa (ainda não ajuizada execução).

Estão na Procuradoria da Fazenda Nacional, que também deverá acatar os efeitos da Súmula Vinculante nº 8 do STF. Basta requerimento pedindo expurgos dos valores atingidos pelos efeitos da Súmula.

- 4- Executivos fiscais distribuídos no Judiciário.

Nas capitais e nos municípios onde há subseções da Justiça Federal os executivos fiscais federais (incluído-se as Contribuições Previdenciárias) correm na própria Justiça Federal. Nos demais municípios do País, por competência delegada, os feitos correm nos Fóruns Estaduais.

Os juízes de primeira instância – tanto os Federais como os Estaduais – estão vinculados ao preconizado pela Súmula Vinculante nº 8.

Outrossim, tanto os feitos de executivos fiscais que correm nas Justiças Estaduais como as que tramitam nas Seções e Subseções Federais têm no duplo grau os Tribunais Regionais Federais. Estes, e até o STJ, também decidirão em consonância com a Súmula Vinculante nº 8 do STF.

A decadência é direito público podendo ser alegada em qualquer fase em que se encontra o débito (mesmo se confessado) seja em:

- a) simplesmente em aberto, sem qualquer ingerência da RFB. Nada a fazer.
- b) já com levantamento fiscal da RFB, em fase de impugnação (defesa) em tramitação nas Delegacias de Julgamentos da RFB, ou
- c) seja em recurso junto ao 2º Conselho de Contribuintes do MF (ainda na fase administrativa), ou
- d) simplesmente na PFN, em fase de cobrança amigável ou inscrito em dívida ativa, ainda não distribuída a Execução Fiscal (código 0535 na consulta ao site da Previdência)

- e) em Execução Fiscal, na primeira instância judiciária;
- f) em fase de Recurso, em qualquer dos 5 TRFs ou até no STJ.
- g) em qualquer situação listadas nas letras “b” a “f” acima, mas parcelados, seja por Refis, Paes, Paex ou parcelamentos normais.

Em qualquer dos casos acima descritos, há necessidade de verificar se houve ocorrência de decadência ou prescrição decorrente da histórica decisão do STF. Caso positivo, tomar a iniciativa correta de fazer prevalecer os direitos do contribuinte.

- h) nos casos das letras “b” a “d” terá que requerer, em petição bem fun-

damentada, a aplicação do enunciado da Súmula Vinculante nº 08 do STF. Há lei que fixou prazo máximo para tramitação dos Procedimentos Administrativos nas Delegacias de Julgamento e no Conselho de Contribuinte do MF.

- i) nos casos das letras “e” e “f” agir junto ao próprio Judiciário. Para tanto deve o advogado do contribuinte agir em cada processo.
- j) nos casos de parcelamentos – letras “b” e “c” - junto às Delegacias da RFB da Região e no 2º CC/MF e letra “d” na PFN e letras “e” e “f”, junto ao judiciário.
- l) Nos parcelamentos em andamento acima (j):

Copan Sistemas Integrados

Com o sistema MultiCopan, você terá o que há de mais prático e moderno para a contabilidade da sua empresa. São mais de 30 profissionais especializados, suporte técnico telefônico, atendimento personalizado inclusive SUPORTE DELIVERY, tudo para resolver quaisquer dúvidas, garantindo a qualidade e mantendo o sistema atualizado e modernizado.

SUPORTE TÉCNICO APÓS HORÁRIO COMERCIAL !!!

O suporte técnico da Copan atende até às 19:00 hrs nos dias que você mais precisa, ou seja, no fechamento da Folha de Pagamento.

FOLHA DE PAGAMENTO

CLM - CONTABILIDADE

ESCRITA FISCAL (SPED)

CÁLCULO DE TRIBUTOS

GERENCIADOR DE ESCRITÓRIO



Matriz: Rua Jarinu, 434 Tatuapé - São Paulo-SP
(11) 2942 5999

* Baixada Santista * Sorocaba * Campinas
* São José dos Campos * Curitiba - PR
* Vitória - ES * Macapá - AP



www.multicopan.com.br



Existem várias hipóteses: desde um simples requerimento e até mandado de segurança, com pedido de liminar para suspender o feito até que seja enxugado, expurgados os valores neles contidos e inerentes à decadência e prescrição, retomando-os normalmente após o procedimento requerido e efetivado pelos órgãos administrativos competentes. Veja o primeiro caso, favorável, do Estado do Piauí, que conseguiu liminar no próprio STF de empresas que conseguiram trancar ação de execução fiscal.

EXEMPLOS PRÁTICOS:

- a) devedor com decadência, em auto de infração ou NFLD, esteja com Impugnação (defesa) na RFB ou com Recurso Voluntário no CC/MG ou com revelia, mas ainda não em dívida ativa:

Verificar data do feito fiscal. Retroagir cinco anos (de acordo com o art.173 do CTN, podem variar para cinco anos e alguns meses). A partir daí, se houver mais meses e/ou anos anteriores incluídos no AI ou NFLD os valores ali contidos caducaram, foram fulminados pela decadência, ou seja, o INSS perdeu o direito de lançá-los. Contribuinte deve agir imediatamente.

- b) devedor com decadência em executivo fiscal:

Verificar nos anexos da CDA que, normalmente, vem um demonstrativo das competências (meses/anos) incluídas na certidão. A contagem é idêntica ao exemplo “a” acima. Caso encontre decadência, as providências são de ordem judicial – competência do advogado da empresa (pode ser Exceção de Pré-executividade).

- c) devedor com prescrição, em executivo fiscal:

- c1) Aqui cabe ao advogado verificar data da inscrição na dívida ativa,

e verificar data do ajuizamento do feito. Lembrar que a LEF concede 180 dias de suspensão. A Primeira Seção do STJ decidiu que são exatos cinco anos. Caso encontre mais de cinco anos entre as datas citadas a Exceção de Pré-executividade é aconselhável.

- c2) Verificar, ainda, se no processo ocorreu a prescrição intercorrente (paralisado por mais de cinco anos, por inércia do exequente – INSS ou PFN). Com a nova lei da prescrição intercorrente o juiz pode reconhecê-la de ofício. Mas é aconselhável peticionar requerendo a decretação dela.
- d) Devedor com dívida em que a PFN incluiu “indício de crime tributário” na petição inicial de Execução Fiscal:

Se ocorrer decadência (total) não há crime tributário, segundo STJ. Verificar se existe processo criminal em andamento. Muitas vezes o empresário não sabe que está sendo processado, nestes casos. Débitos com decadência levam à extinção do processo criminal. Agir em consonância com o advogado criminalista, se já estiver autuado nos autos do processo criminal.

CONCLUSÃO:

Enfim, em qualquer fase em que se encontram os débitos de cada empresa, o gestor tributário deve agir para diagnosticar cada situação e peticionar requerendo a aplicação imediata da Súmula Vinculante nº 8, do STF, caso haja parcelas (ou o todo) do débito fulminadas pela decadência (nova contagem de prazo) ou mesmo prescrição.

Mandado de segurança (sem depósito, pois não há mais débitos controversos), com pedido de liminar para suspender desconto bancário do parcelamento, até que a RFB ou PFN exclua as parcelas indevidas (decadência e/ou prescrição), voltando (se for o caso de redução parcial) aos descontos do valor residual. A liminar é cabível, pois há o *periculum in mora* e mais que o *fumus bonis iuri* (fumaça do bom direito), pois só restou cinzas do direito caducado da Previdência Social dos seus antigos créditos com mais de cinco e até dez anos retroativos, fulminados pela decadência.

Como a Súmula Vinculante nº 8 foi publicada em 20 de junho de 2008, daí em diante todos os órgãos do Judiciário e da Administração Pública têm que decidir e agir de acordo com o preceito dessa Súmula.

ROBERTO RODRIGUES DE
MORAIS

Especialista em Direito
Tributário.

**PARA CUMPRIR A EXIGÊNCIA,
FIQUE COM QUEM É REFERÊNCIA:**

TECNOLOGIA SPED É NA DP COMP SISTEMAS.

A DP Comp sai na frente. Antenada com as evoluções do mercado, já está preparada para as novas exigências do FISCO brasileiro. Com tecnologia de ponta, sistemas totalmente integrados, ERP completo, consultoria e assessoria técnica especializada, a DP Comp é a melhor solução para informatizar a sua empresa. Afinal, só quem tem 28 anos de experiência no assunto pode prestar o melhor serviço para você. Consulte a DP Comp Sistemas.



dp CONT
Contabilidade



dp FISC
Escrita Fiscal



dp FOLHA
Folha de Pagamento



dp CALL
Call Center



dp SUPRI
Suprimentos



dp STOCK
Estoque



dp FAT
Faturamento



dp FINAN
Financeiro



28

ANOS DE QUALIDADE



Televendas: 0800 015 55 61
www.dpcomp.com.br



SISTEMAS

Gescon Phoenix

Gestão de Escritórios Contábeis

Web Phoenix

Integração Escritório-Cliente Via Internet

Folha Phoenix

Folha de Pagamento

Contábil Phoenix

Contabilidade Geral

Escrita G5 Phoenix

Escrita Fiscal

IRPJ Jr Phoenix

IRPJ, Simples Nacional e Livro Caixa

ADM Calc Phoenix

Administração de Escritórios Contábeis

NF Paulista Phoenix

Nota Fiscal Paulista

ENFS Phoenix (Gratuito para clientes)

Nota Fiscal de Serviços



VANTAGENS GRATUITAS PARA CLIENTES CONTMATIC

Cursos CEAD Contmatic

Em 5 anos de atuação, mais de 62 mil pessoas foram treinadas, 1800 cursos e palestras.

Grande parte destes cursos são credenciados pelo Programa de Educação Profissional Continuada do CRC-SP/CFC.

Consultoria Legalmatic

O Legalmatic Phoenix é um serviço de consultoria on-line gratuita disponível a todos os clientes Contmatic. Mais de 100.000 chamadas respondidas.

Portal de Empregos-PCDZ

O Portal de Empregos PCDZ é ótimo para o empregador e excelente para o profissional.

E muito mais...

MAC-Mensagens de Alerta, Boletim Informativo, TV-Cead, Suporte On-line, Treinamento dos Sistemas sem limite de participação.

PESQUISA SESCON-SP REVELA



Pesquisa promovida e divulgada pelo SESCON SP(*) no 2º GESCON - Seminário de Gestão de Empresas Contábeis - revelou que os **cursos do CEAD-CONTMATIC** estão entre os mais procurados para treinamento e qualificação dos colaboradores das empresas contábeis.

Do universo pesquisado, a CONTMATIC PHOENIX aparece como a primeira e única empresa de desenvolvimento de softwares a proporcionar, **gratuitamente** , cursos de aperfeiçoamento profissional aos seus clientes.

Além da qualidade e prestígio de nossos cursos, muitos deles são reconhecidos pelo **Programa de Educação Continuada do CRC-SP/CFC** , em conformidade com as normas da Resolução CFC nº 1146/08.

Somente uma empresa com know-how, pioneirismo e a estrutura da CONTMATIC é capaz de proporcionar aos seus clientes softwares de qualidade e simultaneamente os melhores cursos de capacitação profissional.

É a CONTMATIC pensando em você e no progresso de seus clientes.

(*) Fonte: Revista Seson-SP - Pesquisa de Salários, Benefícios, Políticas e Práticas de RH - 2007

Matriz São Paulo

Rua Padre Estevão Pernet, 215
Tatuapé - São Paulo - SP
Cep 03315-000
Fone/fax.: (11) 2942-6700

Filiais

Campinas.....(19) 3213-7007
São José dos Campos.....(12) 3921-0888
Marília.....(14) 3454-7774
São José do Rio Preto.....(17) 3222-6710
Ribeirão Preto.....(16) 3967-3536

COMPLETO



SPED

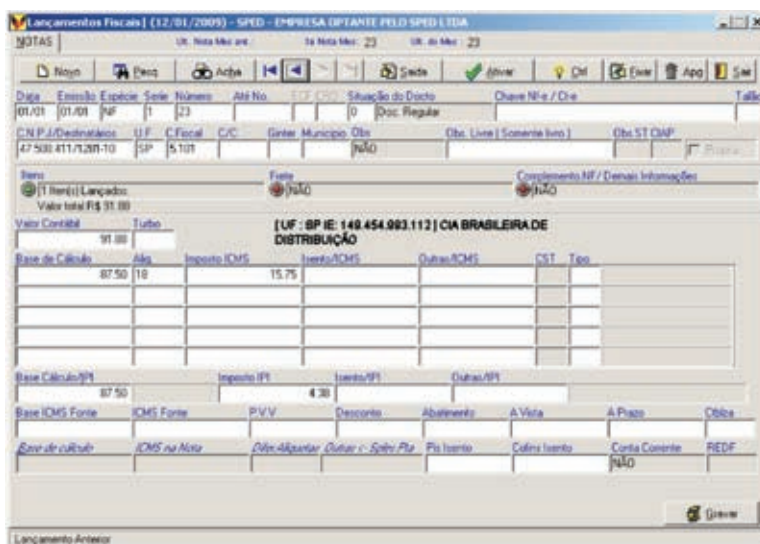
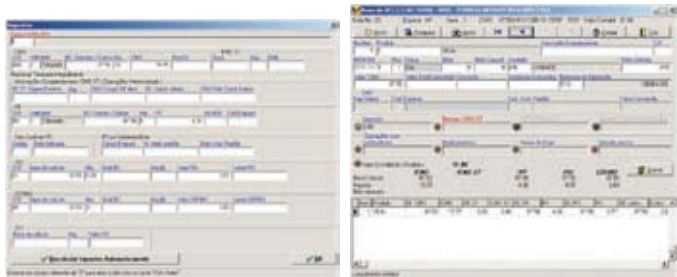


CONTMATIC PHOENIX pronta para o SPED

G5 PHOENIX, NFe, EFD

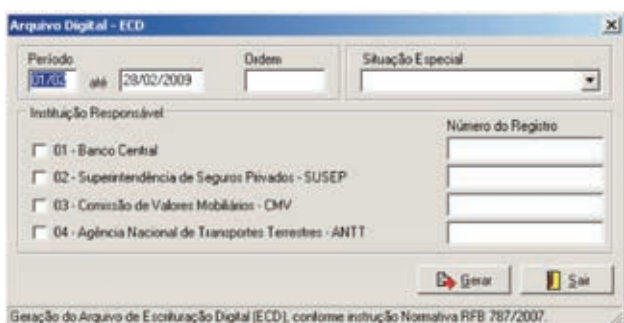
O Contmatic Phoenix G5, o Best Seller dos Livros Fiscais por computador desde 1987, já está totalmente adequado ao SPED.

Com o G5 Phoenix você poderá fazer a escrituração fiscal convencional ou importar o arquivo da nota fiscal eletrônica (Nfe) que, automaticamente, a Escrituração Fiscal Digital (EFD) estará pronta.



CONTÁBIL PHOENIX e o ECD

O sistema Contábil Phoenix também está preparado para o SPED. O procedimento é muito simples: ao acessar o sistema Contábil Phoenix, basta clicar no menu "Processamento", em seguida "Arquivos Magnéticos", "Arquivo Digital-ECD" que, automaticamente, abrirá uma tela para gerar o Arquivo Digital ECD, nos termos da Instrução Normativa RFB 787/07.



Utilize o G5 Phoenix e tenha total controle das operações

Veja algumas facilidades do Contmatic G5 Phoenix:

Você pode digitar todas as informações necessárias para o SPED-EFD.

Caso queira diminuir a sua digitação, o G5 Phoenix consegue ler a Nota Fiscal Eletrônica.

E ainda mais: os sistemas de faturamento, estoque, contas a pagar, contas receber, etc, não precisam exportar para o G5 todas as informações da EFD, podem exportar apenas os registros que tiverem possibilidade de gerar. É menos digitação e neste caso você precisaria apenas completar, digitando o que ficou faltando.

E para facilitar ainda mais, o layout que o G5 importa é o mesmo do SPED, e desta forma fica fácil para outros softwares exportarem para o G5, permitindo a você fazer ajustes, conferências e complementar informações.

Resumindo: o G5 lê a Nota Fiscal Eletrônica, lê os registros exportados pelos outros sistemas de faturamento/financeiro, centraliza tudo, junta tudo, então você complementa digitando ou faz os ajustes se necessários, faz as conferências, e aí sim, gera o arquivo completo para o SPED-EFD no site da Receita Federal.

Seja qual for a sua necessidade para atender ao SPED, o Contmatic G5 Phoenix é a solução.

www.contmatic.com.br





A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA GESTÃO DAS ENTIDADES

A Contabilidade nasceu como uma ferramenta de gestão. No final do século XV, o *Tractus* (de Frâ Luca Pacioli), que é a obra reconhecida como marco inicial da Contabilidade, era dirigido aos comerciantes da época e apreçoado como um método de controle dos negócios.

Atualmente, para grande parte das pessoas, Contabilidade está associada à tributação e às leis que regem as sociedades e o comércio. Prevalece a ideia de que Contabilidade é, acima de tudo, uma obrigação legal e não se tem a sensibilidade para perceber que ela existe pela necessidade de se manter um sistema formal e universal de controle do patrimônio.

Sem dúvida, há uma intensa utilização da informação contábil pelos órgãos responsáveis pela tributação nas esferas Federal, Estadual e

Municipal. A legislação comercial, o Código Civil e a Lei das S.A. se preocupam com a qualidade e o formato das demonstrações contábeis. A legislação e as normas exigem que as entidades mantenham escrituração contábil, definam o conteúdo mínimo das demonstrações contábeis, seus formatos, periodicidade, critérios de avaliação etc.

A Contabilidade legalmente regulamentada e formatada é importante para a tributação, para a tomada de decisões por investimentos, concessões de crédito, participação em concorrências públicas, parcerias em negócios etc. Todavia, não é suficiente para a gestão e o controle internos das entidades.

As demonstrações contábeis possuem finalidades externas à entidade. O Fisco, os acionistas minoritários, ban-

cos, fornecedores e outros são usuários externos das informações contábeis e por isso as recebem de forma padronizada, prevista em lei e demais atos, uniformemente produzidas dentro de padrões mínimos de procedimentos e de qualidade, de modo que possam ser analisadas e interpretadas com um mínimo de segurança.

A informação contábil, voltada para os usuários internos da entidade que participam diretamente de suas atividades e de sua gestão, não é engessada por leis comerciais, societárias ou fiscais. Ela é bastante flexível e deve ter capacidade para atender desde necessidades macros até as mais específicas.

Por exemplo, o controle de estoque é exigido pela legislação fiscal. Todavia, o controle de itens estocados e o melhor aproveitamento do giro desses estoques são a sua finalidade principal. Para atendimento do Fisco, utiliza-se o custeio por absorção, mas para controle interno e a análise adequada dos processos de produção e de suas diversas etapas, o custeio por atividades e o custeio direto são ferramentas muito mais úteis e eficientes. O mau dimensionamento de compras e da produção pode acarretar lentidão na geração de receita e de caixa e levar a dificuldades financeiras e prejuízos. Compras e produção devem ser realizadas para gerar vendas e não para ficarem paradas nos estoques.



A informação contábil, voltada para os usuários internos da entidade, não é engessada por leis comerciais, societárias ou fiscais.

A Lei das S.A. prevê a elaboração da DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa), que é preparada a partir de fatos consumados e serve de ponto de partida para as projeções. É muito comum pequenos e médios empresários perguntarem onde está o lucro, já que eles não veem a cor do dinheiro. A DFC faz exatamente isso: concilia o lucro com a variação do caixa.

O acompanhamento sistemático e periódico das projeções e expectativas de entradas e de saídas de caixa e o respectivo confronto com o caixa realizado é um procedimento que não é exigido por nenhuma lei oficial, mas indispensável à manutenção da saúde financeira das entidades e também de um bom relacionamento com clientes, fornecedores, instituições financeiras etc.

Orçamentos são exigências legais para as entidades públicas. Todavia, a elaboração de planejamentos plurianuais e acompanhamento da execução dos orçamentos são imprescindíveis para que as entidades privadas possam estabelecer suas metas, rever seus processos e expandir suas atividades. Normalmente, os orçamentos partem de dados contábeis que são ponderados com dados conjunturais, expectativas de mercado, objetivos e políticas internos e estimam lucro, receitas e despesas para períodos futuros. Ou seja, são balanços projetados.

Esses são apenas alguns exemplos do quanto a informação contábil é importante no dia-a-dia das empresas. É claro que para se ter um nível de informação adequado, consistente e confiável, é preciso algum investimento

tanto em bons profissionais quanto em equipamentos e sistemas de informação. Todavia, se engana aquele que acha que tudo isso é importante apenas nas grandes empresas.

Até mesmo o planejamento e a organização de finanças pessoais tomam por base dados contábeis (lembre-se de que seu extrato bancário faz parte da Contabilidade do banco). E mais ainda de pequenos negócios que desejam vir a se tornar grandes um dia.

A amplitude de preços de programas e de sistemas de gestão é muito grande. Para alguns, uma planilha de cálculo ou um simples *software* de prateleira de baixo custo pode ser a solução, para outros poderá ser necessário algum investimento maior. O que não é aceitável, nos dias de hoje, é dar espaço para a desorganização, a falta de informações e de controle, pois aliado a esses fatores estão grandes dificuldades que podem ser evitadas num ambiente empresarial organizado.

ERNESTO DIAS DE SOUZA

Contador e Consultor.



Imagine que seu arquivo magtêncio seja gdearo aissm.
Provavelmente ele voltará para dar péssimas notícias.

ProANF
Analisador Fiscal

O novo software **PROANF** da Prosoft faz mais de 100 análises, e se caso houver erros, ajuda você a corrigir e exportar de forma tranquila seus arquivos fiscais. Também pode ser uma importante ferramenta para auxiliá-lo na integração entre o sistema de faturamento do seu cliente e o seu sistema de livros fiscais, seja qual for marca, eliminando erros de digitação e de importação.

Evite surpresas nos seus arquivos fiscais, adquira o **PROANF** Analisador Fiscal

0800 885 1037 - Rede de Distribuidores em todo Território Nacional.
Relacionamento com clientes | Business Intelligence | Gerenciamento eletrônico de documentos | Gestão comercial e financeira | Gerenciamento contábil e fiscal | Administração de processos | Gestão de RH | Ponto eletrônico

Prosoft
0800 885 1037
www.prosoft.com.br



EMPREENDEDORISMO ALÉM DO PRÓPRIO NEGÓCIO



O empreendedor é um profissional dotado de uma visão revolucionária, capaz de causar um verdadeiro “furacão” na sua vida profissional, pois está sempre em busca de resultados. Em outras palavras, ele não descansa enquanto não alcança seu objetivo, que muitas vezes é julgado, pelos olhos alheios, como impossível.

Porém, essa força que existe nos empreendedores não precisa, necessariamente, ser canalizada para o negócio próprio. Não é preciso abrir uma empresa para ser um empreendedor, já que as características desse profissional e aquelas que fazem dele um inovador e visionário são inatas e não dependem de um empreendimento em si para vigorarem. Pelo contrário: o intraempreendedor, como é chamado o profissional que investe sua capacidade empreendedora no mercado de trabalho, é visto como figura necessária nas empresas que têm, em sua cultura, a inovação e a visão futura.

A diferença entre esses profissionais é que, enquanto o que mantém o foco em abrir o próprio negócio arrisca seu capital, o intraempreendedor põe em jogo sua carreira e seu emprego, que são, em cada caso, o maior capital. Essa é a maior característica que os difere. Em outros pontos, ambos mantêm a mesma ousadia e persistência.

O intraempreendedor tem um objetivo comum com o dono da empresa em que trabalha: os dois se empenham ao máximo para alcançar o sucesso nos negócios. Podemos até dizer que, mais do que uma hierarquia de trabalho

– em que o dono, detentor do capital e do empreendimento, comanda e estabelece as diretrizes a serem seguidas pelos funcionários – a relação do intraempreendedor com o presidente da empresa é uma parceria, em que são compartilhados tanto os riscos como o foco da empresa.

A história do mundo corporativo nos mostra casos clássicos e de muito sucesso de empreendedores que canalizaram essas habilidades para uma organização que já existe. Jack Welch, que fez carreira como CEO da General Electric e se consagrou como o ícone entre os empreendedores, causou uma verdadeira revolução como executivo na empresa. Suas atitudes, nem sempre eloquentes, mudaram o valor de mercado da companhia de 14 bilhões para 410 bilhões de dólares. Isso nos mostra a incrível capacidade que um intraempreendedor possui para modificar e melhorar a gestão dos processos já enraizados e que não são necessariamente sinônimos de resultados efetivos.

Vale lembrar que o caso acima ilustra apenas a valorização mensurável que Welch alcançou. Mesmo que o intraempreendedor não ocupe uma posição de destaque formal dentro da corporação, ele é capaz de mudar os hábitos e os costumes de trabalho das pessoas que o cercam. Para que consiga executar plenamente o seu lado empreendedor, mesmo sendo funcionário, acredito que alguns “mandamentos” são importantes e devem ser levados em conta:

- Não tenha medo da demissão. Só assim terá liberdade suficiente para pôr em prática aquilo em que acredita.
- Siga sua intuição, principalmente a respeito das pessoas que escolher para trabalhar com você. Escolha somente as melhores, mantenha-as ao seu redor e faça o que for necessário para ser uma delas.
- Não se limite a fazer aquilo que seu chefe pede. Estude as reais necessidades da empresa e pense em maneiras de trazer soluções inteligentes e aplicáveis. Desse modo, as pessoas reconhecerão suas habilidades empreendedoras naturalmente.
- Seja leal às suas metas, mas realista quanto às maneiras de atingi-las.

Lembre-se: quanto maior o sonho, maior a glória em alcançá-lo; mas também, maior o tombo.

LUIZ FERNANDO GARCIA

Consultor especialista em manejo comportamental e empreendedorismo em negócios.

ERRATA DA EDIÇÃO ANTERIOR

A Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto, publicada no *Boletim CRC SP* nº 169 (dez 2008 / jan / fev 2009), foi elaborada erroneamente pelos autores. Segue a Demonstração já com as correções efetuadas.

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

Em milhares Rubrica	Onde se leu	Leia-se
Período X7		
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido no Exercício	1950	1950
(+) Depreciação	120	120
(=) Lucro que afeta o caixa	2070	2070
Variações no Circulante		
Aumento de Duplicatas a Receber	500	-500
Aumento de Estoques	500	- 500
Aumento de Fornecedores	1070	1000
Aumento de Impostos a Pagar	1050	1050
(=) Caixa Gerado no Negócio	3120	3120
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Móveis e Utensílios	-300	-300
Aquisição de Terrenos	-1000	-1000
Aquisição de Ações de Outras Companhias	-2140	-2140
	-3440	-3440
Atividades de Financiamentos		
Integralização de Capital	1500	1500
Empréstimos Bancários Obtidos	470	470
Dividendos Distribuídos e Pagos	-850	-850
	1120	1120
(=) Resultado Final de Caixa	800	800
(+) Saldo existente em X6	1500	1500
(=) Saldo existente em X7	2300	2300



FACILITANDO A LEITURA: *BOLETIM CRC SP ELETRÔNICO*



A próxima edição do *Boletim CRC SP* será apenas eletrônica, ou seja, este é o último número em papel que os leitores receberão. Até este número, o *Boletim* era impresso e tinha, concomitantemente, sua versão digital disponibilizada no Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br).

A partir da próxima edição (junho/julho/agosto), o *Boletim CRC SP* será apenas eletrônico. A decisão da diretoria do CRC SP de digitalizá-lo foi tomada depois de muita pesquisa, muito estudo e amadurecimento do projeto.

O CRC SP está seguindo uma tendência mundial de colocar na internet uma publicação que pode ser acessada a qualquer hora e em qualquer lugar do mundo, com o objetivo de facilitar a leitura para os Contabilistas que usam o computador como ferramenta de trabalho e têm pouco tempo para ler.

Os exemplos de êxito das publicações eletrônicas são inúmeros e o mais recente é o da revista VEJA, que viu aumentar em 71% a procura pelo seu conteúdo digital, chegando a quase 2 milhões de acessos por mês em 2008.

A facilidade de folhear as páginas, de aumentar o campo de leitura e acessar apenas assuntos que interessam são atrativos que têm conquistado um número cada vez maior de internautas em busca de textos claros, inteligíveis e ao alcance da mão.

O CRC SP, sempre procurando as ferramentas mais avançadas para os Contabilistas, decidiu aderir à versão digital de sua principal publicação. A leitura via meio eletrônico é um fenômeno irreversível e os Contabilistas do Estado de São Paulo não poderiam ficar de fora.

Todas as vezes que o CRC SP mudou o formato da sua publicação foi para aperfeiçoar a leitura para os seus 115.000 leitores e passar com mais eficiência a mensagem de seus parceiros e anunciantes.

Mudar para melhor, evoluir, facilitar: estes objetivos continuam no topo da missão das publicações do CRC SP e, em se tratando do novo *Boletim CRC SP Eletrônico*, significa a busca incansável pelo conteúdo com qualidade, transparência e acessibilidade.

Não esqueça: em junho, acesse o Portal do CRC SP e continue a ler o seu *Boletim CRC SP*. Agora, muito mais moderno e dinâmico.

FISCALIZAÇÃO

ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO CRC SP EM 2008

Ao longo de 2008, o Departamento de Fiscalização do CRC SP realizou 243.390 atividades, sendo 227.499 na Capital e 15.891 no interior e litoral do Estado de São Paulo.

MAPA DE ATIVIDADES DA FISCALIZAÇÃO NO EXERCÍCIO 2008

Perícia Contábil	2894
Auditoria	744
Análise de Demonstrações Contábeis	96548
Elaboração da Escrita Contábil	84195
Elaboração de Contrato de Prestação de Serviços	10773
Decore	14392
Outras não-qualificadas	33819

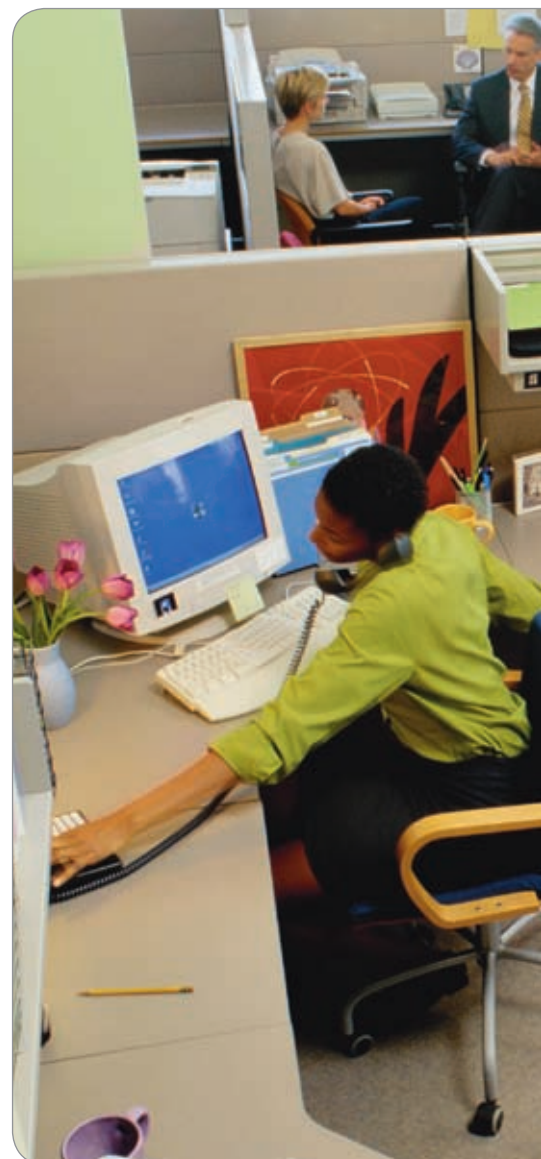
Dando continuidade aos acordos com governos de municípios do Estado de São Paulo, o CRC SP firmou Convênios de Cooperação com as Prefeituras Municipais de Catanduva, Cubatão e Itatiba. O objetivo é garantir que os serviços privatizados dos Contabilistas sejam prestados somente por profissionais devidamente habilitados e registrados.

As Câmaras de Fiscalização I, II e III, Câmaras de Ética e Disciplina I, II e III e a Câmara de Recursos se reuniram 149 vezes, durante o ano de 2008, julgando 684 processos.

PROCESSOS JULGADOS EM 2008

Multa	82
Multa e advertência reservada	314
Multa e censura reservada	40
Multa e censura pública	7
Multa, suspensão e censura reservada	1
Multa, suspensão e censura pública	1
Suspensão e censura reservada	13
Suspensão e censura pública	9
Advertência reservada	78
Censura reservada	9
Censura pública	3
Arquivamento	127
Total	684

O Departamento de Fiscalização é composto por 45 fiscais, dos quais 32 são Contadores e 13 são Técnicos em Contabilidade, 7 Coordenadores Fiscais e 19 colaboradores que atuam na área administrativa.





DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

PROGRAMAÇÃO 2009 ESTÁ DEFINIDA

Buscando sempre oferecer atividades que proporcionem o Desenvolvimento Profissional dos Contabilistas, o CRC SP elaborou a programação de 2009 com diversas atividades. Os temas foram escolhidos criteriosamente levando sempre em consideração a importância e a atualidade dos assuntos a serem abordados.

As atividades agendadas acontecerão em cidades do interior, litoral e Grande São Paulo. Para informações sobre o local e tipo de atividade, e também a programação da capital, acesse o Portal www.crcsp.org.br, no link “Desenvolvimento Profissional” ou e-mail desenvolvimento@crcsp.org.br.

ARAÇATUBA

7/Abr	Escrituração Contábil e Fiscal por Meios Eletrônicos
15/Abr	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade Internacional comparada (casos práticos)
14/Mai	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
22/Mai	Demonstrações Contábeis com Base na Nova Lei nº 11.638/07
4/Jun	A Contabilidade no 3º Setor – Principais Demonstrações Contábeis e Gratuidades
25/Jun	Pronunciamento das Normas Contábeis - Aplicação Prática
2/Jul	Técnicas de Avaliação de Empresas
13/Ago	Legislação e Contribuições Previdenciárias
2/Set	Técnicas de Avaliação de Empresas
6/Out	Planejamento Tributário como Ferramenta para Otimização dos Resultados da Empresa
16/Out	Contabilidade Simplificada
12/Nov	Impostos e Contribuições Federais - Retenções Atualização
26/Nov	Gestão Estratégica de Custos para Tomada de Decisão

ARARAQUARA

Araraquara	8/Abr	Aspectos Relevantes da Contabilidade Agropastoril - Básico
Araraquara	14/Abr	IRPF: Malha Fina – Cuidados Especiais – Novidades
Araraquara	5/Mai	Contabilidade Ambiental - Normas
São Carlos	20/Mai	DIPJ – Lucro Real – Principais Exigências e Alterações
Bebedouro	9/Jun	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
Araraquara	17/Jun	Legislação Trabalhista e Previdenciária – Atualização
Araraquara	16/Jul	Normas e Controles Internos de Auditoria
Araraquara	28/Jul	Marketing Contábil
Araraquara	4/Ago	Direito Trabalhista e Previdenciário
Araraquara	3/Set	Direito Tributário
São Carlos	22/Set	Contabilidade Simplificada
Araraquara	8/Out	Planejamento Tributário como Ferramenta para Otimização dos Resultados da Empresa
Araraquara	20/Out	Impostos e Contribuições Federais – Retenções Atualização
Araraquara	11/Nov	Contabilidade e Gestão do 3º Setor
Jaboticabal	25/Nov	Contabilidade Gerencial Estratégica e Análise
Araraquara	1/Dez	Empreendedorismo

BAURU

Lins	2/Abr	Escrituração Contábil e Fiscal por Meios Eletrônicos
Bauru	14/Abr	IRPF: Malha Fina – Cuidados Especiais Novidades
Bauru	7/Mai	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
Jaú	19/Mai	DIPJ – Lucro Real – Principais Exigências e Alterações
Bauru	2/Jun	Empreendedorismo
Lins	26/Jun	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
Bauru	8/Jul	Direito Trabalhista e Previdenciário
Jaú	23/Jul	Marketing Contábil
Lins	7/Ago	Demonstrações Contábeis com Base na Lei nº 11.638/07
Bauru	11/Ago	Marketing Contábil
Bauru	1/Set	Contabilidade Simplificada
Botucatu	24/Set	Profissão Contábil Direitos e Obrigações do Contabilista
Bauru	6/Out	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
Jaú	20/Out	Planejamento Tributário como Ferramenta para Otimização dos Resultados da Empresa
Bauru	17/Nov	Planejamento estratégico e Empresarial
Lins	6/Nov	Roteiro para o Encerramento do Exercício

CAMPINAS

1/Abr	IRPF: Malha Fina – Cuidados Especiais Novidades
23/Abr	ISS / SP – Atualização
5/Mai	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
26/Mai	Contabilidade Simplificada
4/Jun	Direito Tributário
23/Jun	Análise de Balanço, estrutura do plano de contas
7/Jul	Escrituração Contábil e Fiscal por Meios Eletrônicos
22/Jul	Networking – Ferramenta para os Negócios
5/Ago	A Contabilidade no 3º Setor – Principais Demonstrações Contábeis e Gratuidades
4/Set	Tópicos Avançados de Auditoria
15/Set	Demonstrações Contábeis com Base na Lei nº 11.638/07
22/Set	Análise de Balanço, Relatórios Gerenciais, Técnicas de Avaliação de Empresas
8/Out	Harmonização das práticas contábeis - tópicos avançados
21/Out	Roteiro para o Encerramento do Exercício
12/Nov	Gestão estratégica de custos para tomada de decisão
24/Nov	Pronunciamentos das Normas contábeis – aplicação prática

GUARULHOS

1/Abr	DIPJ – Lucro Real – Principais Exigências e Alterações
23/Abr	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
7/Mai	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias – Atualização
29/Mai	Contabilidade Simplificada
3/Jun	Gestão estratégica de custos para tomada de decisão
20/Jun	Marketing Contábil
24/Jun	Profissão Contábil Direitos e Obrigações do Contabilista
12/Ago	Planejamento Tributário como Ferramenta para Otimização dos Resultados da Empresa
3/Set	Contabilidade Pública
17/Set	ICMS – Substituição Tributária – Atualização
29/Set	A Contabilidade no 3º Setor – Principais Demonstrações Contábeis e Gratuidades
7/Out	Análise de Balanço, Relatórios Gerenciais, Técnicas de Avaliação de Empresas
22/Out	Tópicos Avançados de Auditoria
10/Nov	Contabilidade Gerencial e Controladoria
26/Nov	Pronunciamentos das Normas contábeis – aplicação prática
3/Dez	Roteiro para o Encerramento do Exercício

JUNDIAÍ

Jundiaí	3/Abr	A Contabilidade no 3º Setor – Principais Demonstrações Contábeis e Gratuidades
Jundiaí	15/Abr	Gestão estratégica de custos para tomada de decisão
Serra Negra	22/Abr	SPED Contábil e SPED Fiscal
Jundiaí	6/Mai	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
Jundiaí	21/Mai	Alterações do FGTS e da GFIP na Nova Versão do SEFIP 8.4
Bragança Paulista	27/Mai	SPED Contábil e SPED Fiscal
Jundiaí	16/Jun	Empreendedorismo
Jundiaí	25/Jun	ICMS – Substituição Tributária – Atualização
Jundiaí	2/Jul	Marketing Contábil
Jundiaí	7/Ago	Tópicos Avançados de Auditoria
Jundiaí	10/Set	Contabilidade Simplificada
Jundiaí	16/Set	Planejamento Tributário como Ferramenta para Otimização dos Resultados da Empresa
Jundiaí	22/Set	Contabilidade Gerencial Estratégica e Análise
Bragança Paulista	1/Out	Relatórios Gerenciais e Notas explicativas
Serra Negra	23/Out	Contabilidade Simplificada
Jundiaí	12/Nov	Roteiro para o Encerramento do Exercício
Amparo	26/Nov	Relatórios Contábeis para Pequenas e Médias Empresas

MARÍLIA

Marília	2/Abr	SPED Contábil e SPED Fiscal
Assis	14/Abr	IRPF: Malha Fina – Cuidados Especiais Novidades
Marília	7/Mai	Contabilidade Simplificada
Marília	20/Mai	ICMS – Substituição Tributária – Atualização
Marília	5/Jun	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
Marília	25/Jun	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
Marília	21/Jul	Técnicas de Avaliação de Empresas
Marília	1/Ago	Planejamento Tributário como Ferramenta para Otimização dos Resultados da Empresa
Marília	9/Set	Harmonização das práticas contábeis – tópicos avançados
Marília	25/Set	A Contabilidade no 3º Setor – Principais Demonstrações Contábeis e Gratuidades
Tupã	9/Out	Demonstrações Contábeis com Base na Nova Lei nº 11.638/07
Marília	14/Out	Pronunciamentos das Normas contábeis – aplicação prática
Marília	28/Out	Marketing Contábil
Marília	13/Nov	Empreendedorismo
Assis	26/Nov	Roteiro para o Encerramento do Exercício

OSASCO

16/Abr	IRPF: Malha Fina – Cuidados Especiais Novidades
9/Mai	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
14/Mai	DIPJ – Lucro Real – Principais Exigências e Alterações
3/Jun	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
25/Jun	Tópicos Avançados de Auditoria
15/Jul	A Contabilidade no 3º Setor – Principais Demonstrações Contábeis e Gratuidades
5/Set	Mediação e Arbitragem
8/Out	Técnicas de Avaliação de Empresas
22/Out	Pronunciamentos das Normas contábeis – aplicação prática
10/Nov	Contabilidade Gerencial e Controladoria
27/Nov	Roteiro para o Encerramento do Exercício

PIRACICABA

3/Abr	ICMS – Substituição Tributária – Atualização
7/Mai	Contabilidade Simplificada
19/Mai	A Contabilidade no 3º Setor – Principais Demonstrações Contábeis e Gratuidades
2/Jun	Contabilidade Gerencial Estratégica e Análise
18/Jun	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
22/Jul	Empreendedorismo
4/Ago	Tópicos Avançados de Auditoria
10/Set	Direito Trabalhista e Previdenciário
22/Set	Pronunciamentos das Normas contábeis – aplicação prática
14/Out	Relatórios Gerenciais e Notas explicativas
29/Out	Harmonização das práticas contábeis – tópicos avançados
12/Nov	Gestão estratégica de custos para tomada de decisão
25/Nov	Roteiro para o Encerramento do Exercício

PRESIDENTE PRUDENTE

5/Mai	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
20/Mai	DACON / DCTF: Principais Alterações de Prazos de Entrega
2/Jun	Análise de Balanço, Relatórios Gerenciais, Técnicas de Avaliação de Empresas
25/Jun	Contabilidade Gerencial Estratégica e Análise
22/Jul	Contabilidade Simplificada
4/Ago	Impostos e Contribuições Federais – Retenções Atualização
3/Set	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
22/Set	Gestão estratégica de custos para tomada de decisão
8/Out	Harmonização das práticas contábeis – tópicos avançados
23/Out	Demonstrações Contábeis com Base na Nova Lei nº 11.638/07
10/Nov	Planejamento Tributário como Ferramenta para Otimização dos Resultados da Empresa
24/Nov	Roteiro para o Encerramento do Exercício

RIBEIRÃO PRETO

Ribeirão Preto	8/Abr	ICMS – Substituição Tributária – Atualização
Ribeirão Preto	14/Abr	Pronunciamentos das Normas contábeis – aplicação prática
Ribeirão Preto	12/Mai	Aspectos Relevantes da Contabilidade Agropastoril – Intermediário
Ribeirão Preto	28/Mai	Contabilidade Governamental
Franca	2/Jun	Relatórios Contábeis para pequenas e médias empresas
Ribeirão Preto	25/Jun	Lei nº 11.638/07- Contabilidade internacional comparada – casos práticos
Ribeirão Preto	1/Jul	Planejamento estratégico e Empresarial
Ribeirão Preto	21/Jul	Tópicos Avançados de Auditoria
Ribeirão Preto	13/Ago	Demonstrações Contábeis com Base na Nova Lei nº 11.638/07
Ribeirão Preto	9/Set	Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos e do Fluxo de Caixa
Franca	15/Set	Marketing Contábil
Ribeirão Preto	23/Set	Harmonização das práticas contábeis – tópicos avançados
Franca	20/Out	Ética e Responsabilidade Profissional do Contabilista
Ribeirão Preto	26/Out	Técnicas de Avaliação de Empresas
Ribeirão Preto	11/Nov	Direito Comercial
Ribeirão Preto	25/Nov	Roteiro para o Encerramento do Exercício

SANTO ANDRÉ

7/Abr	Contabilidade Simplificada
8/Mai	Retenção Previdenciária sobre cessão de mão-de-obra
19/Mai	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
3/Jun	Gestão estratégica de custos para tomada de decisão
25/Jun	A Contabilidade no 3º Setor – Principais Demonstrações Contábeis e Gratuidades
5/Ago	Empreendedorismo
2/Set	Planejamento estratégico e Empresarial
22/Set	Pronunciamentos das Normas contábeis – aplicação prática
6/Out	Preço de Transferência
17/Out	Relatórios Gerenciais e Notas explicativas
5/Nov	Contabilidade Gerencial Estratégica e Análise
17/Nov	Harmonização das práticas contábeis – tópicos avançados

ACESSE O PORTAL WWW.CRCSP.ORG.BR, NO LINK
 “DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL” OU PELO E-MAIL
DESENVOLVIMENTO@CRCSP.ORG.BR



SANTOS

Santos	7/Abr	SPED Contábil e Fiscal
Praia Grande	16/Abr	IRPF: Malha Fina – Cuidados Especiais Novidades
Santos	13/Mai	ICMS – Substituição Tributária – Atualização
Santos	26/Mai	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
Santos	9/Jun	Análise de Balanço, Relatórios Gerenciais, Técnicas de Avaliação de Empresas
Santos	18/Jun	Contabilidade Gerencial Estratégica e Análise
Santos	7/Jul	Tópicos Avançados de Auditoria
Santos	5/Ago	Impostos e Contribuições Federais – Retenções Atualização
Santos	3/Set	Contabilidade Simplificada
Santos	22/Set	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
Santos	8/Out	Harmonização das práticas contábeis – tópicos avançados
Praia Grande	27/Out	A Contabilidade no 3º Setor – Principais Demonstrações Contábeis e Gratuidades
Santos	10/Nov	Pronunciamentos das Normas contábeis – aplicação prática
Santos	25/Nov	Roteiro para o Encerramento do Exercício

SÃO BERNARDO DO CAMPO

16/Abr	Contabilidade Gerencial Estratégica e Análise
7/Mai	Direito Trabalhista e Previdenciário
15/Mai	Empreendedorismo
4/Jun	Escrituração Contábil e Fiscal por Meios Eletrônicos
24/Jun	Contabilidade Simplificada
6/Ago	Ética e Responsabilidade Profissional do Contabilista
3/Set	Harmonização das práticas contábeis – tópicos avançados
22/Set	Pronunciamentos das Normas contábeis – aplicação prática
6/Out	Planejamento estratégico e Empresarial
22/Out	Mediação e Arbitragem
10/Nov	Planejamento Tributário como Ferramenta para Otimização dos Resultados da Empresa
28/Nov	Roteiro para o Encerramento do Exercício

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

S. J. Boa Vista	8/Abr	Nota Fiscal Eletrônica Paulista e Arquivos Magnéticos
S. J. Boa Vista	24/Abr	IRPF: Malha Fina – Cuidados Especiais Novidades
S. J. Boa Vista	6/Mai	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
S. J. Boa Vista	16/Mai	SPED Contábil e SPED Fiscal
S. J. Boa Vista	5/Jun	Relatórios Contábeis para Pequenas e Médias Empresas
S. J. Boa Vista	23/Jun	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
S. J. Boa Vista	7/Jul	Contabilidade Gerencial Estratégica e Análise
S. J. Boa Vista	15/Jul	Impostos e Contribuições Federais – Retenções Atualização
Araras	4/Ago	Escrituração Contábil e Fiscal por Meios Eletrônicos
S. J. Boa Vista	4/Set	Tópicos Avançados de Auditoria
S. J. Boa Vista	17/Set	Mediação e Arbitragem
S. J. Boa Vista	26/Set	Gestão estratégica de custos para tomada de decisão
S. J. Boa Vista	6/Out	Planejamento Tributário como Ferramenta para Otimização dos Resultados da Empresa
São José do Rio Pardo	22/Out	Aspectos Relevantes da Contabilidade Agropastoril – Intermediário
S. J. Boa Vista	11/Nov	Gestão estratégica de custos para tomada de decisão
S. J. Boa Vista	26/Nov	A Contabilidade no 3º Setor – Principais Demonstrações Contábeis e Gratuidades

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

18/Abr	Escrituração Contábil e Fiscal por Meios Eletrônicos
8/Mai	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
27/Mai	Alterações do FGTS e da GFIP na Nova Versão do SEFIP 8.4
3/Jun	ICMS – Substituição Tributária de Mercadorias – Últimas Alterações
23/Jun	Harmonização das práticas contábeis – tópicos avançados
14/Ago	Impostos e Contribuições Federais – Retenções Atualização
2/Set	Legislação Trabalhista e Previdenciária – Atualização
25/Set	Gestão estratégica de custos para tomada de decisão
6/Out	Técnicas de Avaliação de Empresas
22/Out	Pronunciamentos das Normas contábeis – aplicação prática
12/Nov	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
24/Nov	Planejamento Tributário como Ferramenta para Otimização dos Resultados da Empresa
2/Dez	Roteiro para o Encerramento do Exercício

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

S. J. Campos	2/Abr	IRPF: Malha Fina – Cuidados Especiais Novidades
Taubaté	14/Abr	Imposto de Renda Pessoa Física Procedimentos
S. J. Campos	6/Mai	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
Caraguatatuba	12/Mai	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
Taubaté	16/Mai	SPED Contábil e SPED Fiscal
S. J. Campos	5/Jun	Gestão estratégica de custos para tomada de decisão
Taubaté	16/Jun	Alterações do FGTS e da GFIP na Nova Versão do SEFIP 8.4
S. J. Campos	1/Jul	Escrituração Contábil e Fiscal por Meios Eletrônicos
Taubaté	23/Jul	Tópicos Avançados de Auditoria
S. J. Campos	11/Ago	Harmonização das práticas contábeis – tópicos avançados
S. J. Campos	1/Set	Impostos e Contribuições Federais – Retenções Atualização
Taubaté	16/Set	Pronunciamentos das Normas contábeis – aplicação prática
S. J. Campos	1/Out	A Contabilidade no 3º Setor – Principais Demonstrações Contábeis e Gratuidades
Taubaté	21/Out	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
S. J. Campos	7/Nov	Roteiro para o Encerramento do Exercício
Taubaté	24/Nov	Contabilidade Simplificada

SOROCABA

Sorocaba	8/Abr	DIPJ – Presumido, Simples e Isentas – Principais Exigências
Itú	6/Mai	ICMS – Substituição Tributária – Atualização
Sorocaba	15/Mai	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
Sorocaba	3/Jun	Impostos e Contribuições Federais – Retenções Atualização
Sorocaba	18/Jun	Tópicos Avançados de Auditoria
Sorocaba	30/Jun	Contabilidade Simplificada
Itú	2/Jul	Contabilidade Gerencial Estratégica e Análise
Sorocaba	21/Jul	Gestão estratégica de custos para tomada de decisão
Itú	7/Ago	Harmonização das práticas contábeis – tópicos avançados
Sorocaba	2/Set	Empreendedorismo
Sorocaba	22/Set	Lei nº 11.638/07 – Contabilidade internacional comparada – casos práticos
Sorocaba	6/Out	Alterações do FGTS e da GFIP na Nova Versão do SEFIP 8.4
Sorocaba	15/Out	Tópicos Avançados de Auditoria
Sorocaba	28/Out	Pronunciamentos das Normas contábeis – aplicação prática
Sorocaba	6/Nov	Técnicas de Avaliação de Empresas
Sorocaba	26/Nov	Impostos e Contribuições Federais – Retenções Atualização
Sorocaba	2/Dez	Planejamento Tributário como Ferramenta para Otimização dos Resultados da Empresa
Sorocaba	16/Dez	Roteiro para o Encerramento do Exercício

ACESSE O PORTAL WWW.CRCSP.ORG.BR, NO LINK
 “DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL” OU PELO E-MAIL
DESENVOLVIMENTO@CRCSP.ORG.BR

REGISTRO

NÚMERO DE CONTADORES SUPERA O DE TÉCNICOS EM CONTABILIDADE NO ESTADO DE SÃO PAULO

Os números de profissionais registrados no CRC SP em dezembro de 2008 trouxeram uma novidade. Pela primeira vez, há mais Contadores do que Técnicos em Contabilidade registrados no Estado de São Paulo. Dos 112.941 profissionais de São Paulo, 56.563 possuem graduação em Ciências Contábeis e 56.378 concluíram o curso Técnico em Contabilidade.

Entre as mulheres, a valorização do curso de nível superior é notável. Das 37.583 profissionais registradas, 19.878 são Contadoras, enquanto 17.705 são Técnicas. Entre os homens, predomina o nível médio. Há 36.685 Contadores e 38.673 Técnicos, totalizando 75.358 profissionais do sexo masculino.

Dois fatores contribuíram para essa mudança no número de registrados nas duas categorias de profissionais. O número de baixas de Técnicos superou o de Contadores em 354. Durante o mesmo período, o total de Técnicos, que concluíram a graduação em Ciências Contábeis e solicitaram a averbação de categoria, foi de 445 profissionais.

NO BRASIL

Os dados paulistas são semelhantes às estatísticas nacionais. Segundo informações do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), o número de Contadores supera o de Técnicos. São, respectivamente, 212.887 e 192.488.

O número de profissionais da área contábil em todo o País é de 405.375.

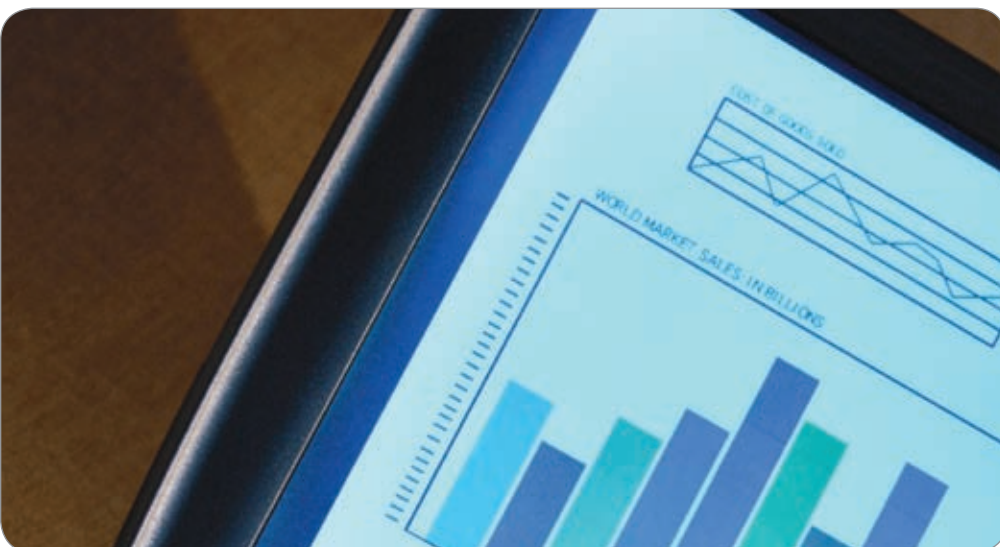
Dos 255.777 Contabilistas do sexo masculino, 128.275 são Técnicos em Contabilidade e 127.502 são Contadores. No caso das mulheres, o curso superior também predomina em âmbito nacional. São 64.213 Técnicas em Contabilidade e 85.385 Contadoras, num total de 149.598 profissionais.

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Em um mundo em que uma boa qualificação profissional é cada vez mais imprescindível, os profissionais demonstram ter compreendido a importância do aprimoramento constante.

A vice-presidente de Registro do CRC SP, Celina Coutinho, destaca que, ao investirem mais em educação, os Contabilistas estão se preparando para atender aos desafios e demandas de um mercado cada vez mais exigente.

“É fundamental que os profissionais continuem estudando. Os Técnicos em Contabilidade devem investir em um curso de Ciências Contábeis, assim como os Contadores podem dar início a uma pós-graduação, a um mestrado ou doutorado”, afirma Celina.





SPED PASSA A SER OBRIGATÓRIO PARA MAIS EMPRESAS EM 2009

A partir de janeiro, mais empresas tiveram que se juntar ao time das companhias que já utilizam o Sped (Sistema Público de Escrituração Digital) e que emitiram eletronicamente, de 2006 até agora, mais de 90 milhões de NF-e em todo o Brasil, num total superior a 1,7 trilhão de reais. No Estado de São Paulo, mais de 30 milhões de NF-e foram autorizadas, uma média de 260 mil por dia, segundo dados da Receita Federal do Brasil e da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, respectivamente.

Esse volume que deve aumentar uma vez que todas as empresas sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real foram obrigadas a aderir ao Sped desde 1º de janeiro de 2009. A ECD (Escrituração Contábil Digital) deverá ser entregue no último dia útil do mês junho do ano seguinte ao ano-calendário.

O mesmo acontece com as pessoas jurídicas sujeitas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, também inscritas pelo Lucro Real, que tiveram que aderir ao Sped em janeiro de 2008 e entregarão a ECD até o último dia útil de junho de 2009.

NOVOS SEGMENTOS – A Sefaz-SP (Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo) estima que, até o fim deste ano, entre 80% e 85% das transações comerciais nos estados utilizarão a NF-e. A partir de abril, torna-se obrigatória a adesão ao Sped de mais 25 incisos, complementando os segmentos de automóveis, autopeças, combustíveis, álcool, GLP, GNV, tintas, resinas,



bebidas, vasilhame, fumo, alumínio e siderurgia.

Mais 54 itens entrarão na obrigatoriedade a partir de setembro (cosméticos, higiene, papel, informática, áudio e vídeo, trigo, café, defensivos, adubos, laticínios, plástico, pães, tratores, vidros, atacadistas de alimentos, tecelagem e outros segmentos).

SPED FISCAL – Desde 1º de janeiro de 2009, também estão obrigados a aderir ao Sped os estabelecimentos contribuintes do IPI e do ICMS (Protocolo ICMS 77, de 18 de setembro de 2008). Empresas industriais e comerciais que entraram na lista divulgada pela Receita Federal em novembro de 2008 terão de adotar a EFD (Escrituração Fiscal Digital) do Sped.

Apesar de a transmissão dos arquivos digitais ser mensal, a escrituração referente aos primeiros quatro meses do ano só terá de ser enviada ao Fisco da União até o dia 31 de maio de 2009 – novo prazo definido pela Receita devido às mudanças de última hora no *layout* dos registros, para integração com sistemas das secretarias da fazenda estaduais.

“Há dificuldades com relação a NF-e e ao EFD, o sistema é difícil e penoso porque cada estado tem sua própria legislação e ‘costurar’ tudo isso é complicado”, avalia o especialista Homero Rutkowski.

A RFB disponibiliza em seu site (www.receita.fazenda.gov.br) a lista atualizada das empresas obrigadas a

aderirem ao Sped Fiscal deste janeiro. “É preciso checar atentamente a legislação do ICMS porque há diversas exceções”, afirma o Agente Fiscal de Rendas da Sefaz-SP, Clovis Antonio Souza.

Confira as atualizações do Sped:

1. **efd** (Escrituração Fiscal Digital) – janeiro de 2009;
2. **DPEC** (Alternativas para Contingência Eletrônica) – modelo em teste a partir de 19 de janeiro;
3. **CC-e** (Carta de Correção Eletrônica) – em desenvolvimento;
4. **CT-e** (Conhecimento de Transporte Eletrônico) – previsto para março de 2009, já em teste em São Paulo e no Rio Grande do Sul;
5. **e-Lalur** (Livro de Apuração do Lucro Real) – em desenvolvimento;
6. **NFS-e** (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica) – em desenvolvimento;
7. **Central de Balanços** – em desenvolvimento;
8. **XBRL** (*eXtensible Business Reporting Language* – Padrão Internacional para demonstrações contábeis) – em estudo.

A palavra de ordem do Sped (Sistema Público de Escrituração Digital) é “controle”. O sistema exige de todos os contribuintes e Contabilistas muita organização e disciplina e isso contribuirá diretamente para uma gestão mais profissionalizada das empresas em geral.

Ganhará a empresa que sair na frente e tomar as providências necessárias ao cumprimento da imposição fiscal e aproveitar o momento para investir em TI e sistemas, eliminando o retrabalho existente nas áreas de controle de produção, estoque, vendas, financeiro e Contabilidade.



“Esta é a fase de solucionar todos os problemas existentes nos controles internos, porque a manutenção de informações segregadas e duplicadas, certamente, acarretará em sérios problemas com a fiscalização. Atualmente, existe muita para tudo: pela não entrega, pela entrega incompleta, pela entrega errada. Ter excelência no controle das informações é fundamental”, diz a conselheira do CRC SP (Conselho Regional de Con-

tabilidade do Estado de São Paulo), Marcia Ruiz Alcazar.

INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES – A grande dificuldade das empresas obrigadas a aderir ao Sped e dos próprios desenvolvedores de sistemas continua sendo a integração das informações. Ao compor a linha do registro eletrônico do Sped Fiscal, parte dessa linha contém informações do sistema fiscal e outra reúne dados do sistema de estoque e esses sistemas são desenvolvidos por *software-houses* diferentes. Juntar tudo isso e ter certeza de que o resultado irá bater no final é um desafio e tanto.

Atualmente, a maioria das pequenas e médias empresas mantém a gestão contábil terceirizada. Nesse cenário, é comum encontrarmos clientes informatizados com um sistema muitas vezes precário, pois uma parte das informações é digitalizada e a outra parte é controlada em aplicativos como o *Excel*, da Microsoft. Na outra ponta, o Contabilista responsável utiliza outro sistema, que muitas vezes não possibilita integração com o cliente, exigindo que os documentos e informações sejam digitados novamente, o que aumenta a margem de erro no registro das informações controladas pelo Fisco.

IDEIAS EMBRIONÁRIAS – Entre os mecanismos que poderão ser adotados futuramente no Sped, Jerson Prochnow da Receita diz que a NF-e poderá vir a ser o principal ou único documento para exportações.

Outra ideia é utilizar o sistema RFID, de rádio frequência, para permitir um controle mais eficiente e rápido no grande volume de NF-e que os caminhões apresentam nos postos fiscais instalados nas estradas brasileiras.



ENTREGA DO DIPLOMA DE MÉRITO É MARCADA PELA EMOÇÃO



financeira, contábil e tributária. Em 1985, fundou uma empresa de Auditoria, especializada em entidades sem fins lucrativos.

A Contadora Sandra Regina Nogueira Pizzo Sabathé, filha de Guerino, falou em nome de toda a família. Emocionada, Sandra destacou que a vida de seu pai foi sempre norteada pela ética e pela boa conduta. “Meu pai se dedicou profundamente à profissão, mas sempre teve tempo para a

Os filhos do patrono Walter Guerino Pizzo com Sergio Prado

A entrega do Diploma de Mérito 2008, cujo patrono foi o Contador Walter Guerino Pizzo, foi realizada no dia 22 de dezembro de 2008, na Universidade São Judas Tadeu.

Na abertura do evento, o presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello, deu as boas-vindas a todos os presentes.

O presidente da Apejesp (Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo), Sebastião Edison Cinnelli, que representou as Entidades Congraçadas de São Paulo, considerou-se feliz por ter sido escolhido para falar em nome das entidades contábeis. Aos alunos, ele disse “o trabalho foi árduo e o dia-a-dia será ainda mais difícil, mas com esforço e galhardia, vocês vencerão”.

O conselheiro do CRC SP Luiz Bertasi Filho falou com carinho sobre Walter Guerino, que foi seu amigo



Conselheiro Bertasi entrega placa comemorativa a um dos formandos

e colega de profissão. “Ele foi um exemplo pela força de vontade e um exemplo de profissional”.

Em seguida, foi exibido um vídeo que contou a trajetória de Guerino, que nasceu em 28 de julho de 1929, na cidade de Analândia, no interior de São Paulo. O patrono formou-se em Ciências Contábeis e Direito e também concluiu o mestrado em Ciências Contábeis. Além de lecionar, ele atuou em diversas empresas e em diversas áreas, como a societária,

família”. Ao encerrar, Sandra desejou a todos os formandos carreiras brilhantes ao lado dos familiares.

Acompanhada dos irmãos Walter Nogueira Pizzo e Paulo Nogueira Pizzo, Sandra recebeu do presidente do CRC SP um exemplar do Diploma de Mérito e do troféu. Aos formandos, as homenagens foram entregues pelos coordenadores de cursos ou professores das respectivas faculdades e também pelos componentes da mesa.

Dirigindo-se aos novos profissionais, o presidente Sergio Prado destacou a importância da atualização constante. “Mas não invistam apenas no aspecto técnico da carreira. Trabalhem firmemente como cidadãos atuantes, como seres humanos que fazem a diferença, como seres políticos que lutam pelas mudanças, pessoas que deixam a sua marca, assim como fez o nosso patrono Walter Guerino Pizzo”.

A formanda Rita de Cássia Santos de Brito Marzinkowski, que pretende atuar na área gerencial, definiu a cerimônia como emocionante. “Gostei muito. Não esperava que fosse assim”.

Alexsandra Aparecida de Lima, que se graduou como a melhor aluna da UniNove, considera a homenagem “uma vitória de todos os estudantes de Ciências Contábeis”. Alexsandra dará continuidade aos estudos cursando pós-graduação em Controladoria. Além de lecionar, a nova Contadora pretende atuar na área de gerência. “Sei que é um caminho longo a ser percorrido, mas espero que venha com a experiência”.

Compuseram a mesa Sergio Prado de Mello, os vice-presidentes Domin-



Plateia lotada na Universidade São Judas na homenagem aos melhores formandos

gos Orestes Chiomento (Administração e Finanças), Claudio Avelino Mac-Knight Filippi (Fiscalização), Luiz Fernando Nóbrega (Desenvolvimento Profissional) e Celina Coutinho (Registro), Bertasi, o presidente do CRC SP na gestão 1984-1985, Antonio Luiz Sarno, que representou os presidentes de gestões anteriores, Sandra Regina, Cinelli e o coordenador do curso de Ciências Contábeis da Universidade São Judas Tadeu, João Miguel Caparroz.

Estavam presentes no evento o presidente do Sindcont-SP (Sindicato

dos Contabilistas de São Paulo), José Heleno Mariano, o vice-presidente da Aescon-SP (Associação das Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo), João Aleixo Pereira, que representou o presidente da entidade e do Sescon-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo), José Maria Chapina Alcazar, e os delegados regionais do CRC SP Lilian Ricci Ghizzi (Campinas) e Odilon Luiz de Oliveira Júnior (São Bernardo do Campo).

já conhece o **fisc@udit**?



A mais nova ferramenta de auditoria de informações fiscais para declarações encaminhadas à Receita Federal do Brasil e demais órgãos públicos.

O Fiscaudit realiza uma abrangente auditoria analítica, verificando a consistência cruzada e análise dos dados das declarações DCTF, DACON, DIPJ, DIRF e RAIS.

Evite autuações ou contenciosos futuros submetendo as suas obrigações fiscais a uma auditoria virtual preventiva realizada por um sofisticado software fiscal.

Visite o site www.fiscaudit.com.br e veja o que ele pode fazer para a sua empresa



MAIS UMA CONQUISTA PARA OS CONTABILISTAS: CRC SP IMPLANTA OUVIDORIA

Cumprindo mais uma meta do Plano de Trabalho da Gestão 2008-2009, o CRC SP, a partir de 16 de março de 2009, passou a oferecer aos Contabilistas o serviço de Ouvidoria.

A implantação da Ouvidoria do CRC SP obedeceu à Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999, mais conhecida como Lei de Proteção e Defesa do Usuário do Serviço Público do Estado de São Paulo, que garante aos usuários o direito ao controle adequado do serviço. Em 1º de julho de 1999 foi publicado o Decreto nº 44.074, que regulamentou as Ouvidorias do Serviço Público Estaduais.

O Ouvidor é um representante do cidadão junto à instituição, tendo como papel principal atuar na prevenção e solução dos conflitos. Para isso são necessárias independência e autonomia.

No CRC SP, a Ouvidoria será um canal de comunicação dos Contabilistas com a direção e os departamentos da entidade. Sua função será receber sugestões de aprimoramento e informações sobre os serviços prestados pela entidade, críticas, reclama-

ções ou elogios. Também os usuários da Contabilidade e o público em geral poderão usufruir dos serviços oferecidos pela Ouvidoria.

O presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello, disse que “a qualidade dos serviços prestados pelo CRC SP aos Contabilistas e à sociedade, valorizando a transparência, nos levaram a criar a Ouvidoria do CRC SP”. Além da comunicação entre a entidade e os Contabilistas, ele enfatizou a facilidade na resolução das questões apresentadas.

Ao criar a Ouvidoria, a direção do CRC SP se comprometeu a resguardar o sigilo das informações, tratando aqueles que a procurarem com

integridade, imparcialidade e justiça, zelando pelos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade.

Para facilitar o contato entre o público e a Ouvidoria, o CRC SP disponibiliza no Portal (www.crcsp.org.br) um formulário que agiliza o acesso de quem quer se comunicar com este inovador serviço oferecido pelo Conselho.

**TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL O
E-MAIL OUVIDORIA@CRCSP.ORG.BR
OU, PARA QUEM PREFERIR ESCREVER
UMA CARTA, O ENDEREÇO É:**

**OUVIDORIA DO CRC SP
RUA ROSA E SILVA, 60
01230-909 - SÃO PAULO - SP**



CONTABILISTA

VOCÊ PODE TER SULAMÉRICA
E UNIMED PAULISTANA POR
UM PREÇO QUE TAMBÉM FAZ
BEM PARA A SUA SAÚDE.

GRAÇAS À PARCERIA DO CRC SP COM A SULAMÉRICA E A UNIMED PAULISTANA, VOCÊ PODE TER UM PLANO DE SAÚDE, COLETIVO POR ADESÃO, COM PREÇOS E VANTAGENS EXCLUSIVOS. ESSES BENEFÍCIOS VOCÊ SÓ ENCONTRA NA QUALICORP.

LIGUE E CONFIRA:
11 5583 7027



QUALICORP
CORRETORA DE SEGUROS



SulAmérica
associada ao ING

Unimed
Paulistana

ANS nº 301337

ANS nº 000043

PARA A ADESÃO, É NECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO LEGAL COM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO (CRC SP). PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS POR ADESÃO, COM REGRAS CONTRATUAIS DISTINTAS DOS PLANOS INDIVIDUAIS. EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CONSU Nº 14/98 (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS). Informações resumidas. Condições contratuais disponíveis para análise por meio do telefone deste anúncio. Janeiro/2009.



EVENTOS CULTURAIS DO CRC SP ENCERRAM 2008 E ABREM TEMPORADA DE 2009



Quarteto mexicano anima Espaço Cultural

A exposição “Finito” e “Infinito”, da artista plástica Stella Gomide, encerrou a temporada 2008 dos eventos culturais do CRC SP. Aberta em 4 de dezembro de 2008, a mostra retrata a cidade de São Paulo e seus pontos mais conhecidos, como o Parque do Ibirapuera, o MASP (Museu de Arte Moderna), além de pontos captados pelo olhar da pintora.

As exposições do Espaço Cultural CRC SP são realizadas em parceria com o IPH (Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico no Estado de São Paulo), com a curadoria do crítico de Arte e superintendente do Patrimônio Cultural da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Emanuel von Lauenstein Massarani.

Formada em Desenho e Plástica pela Universidade Mackenzie e com licenciatura pela Faculdade Santa Marcelina, Stella Gomide “tem preferência pela paisagem que pinta da

realidade”, disse Massarani sobre seu trabalho.

“Sua obra”, completa ele, “é reveladora de que somente quem possui uma profunda sensibilidade pessoal e artística consegue pintar composições luminosas e transparentes que superam os limites da própria tela”.

A abertura da exposição teve a participação musical do grupo Camerata de Violões, da Nanmusic (Núcleo de Arte Musical), sob regência de Rafael Altro. Composições populares e eruditas fizeram parte do repertório apresentado no auditório do CRC SP, lotado pelos apreciadores das Artes.

O evento foi apresentado pelo coordenador da Comissão de Pro-

jetos Culturais do CRC SP, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho. Prestigiando a apresentação cultural estavam presentes o presidente do CRC SP na gestão 1969, João Gondim Sobrinho; a conselheira Ana Maria Costa, coordenadora da Comissão CRC SP Mulher e membro da Comissão de Projetos Culturais; do Sindcont-SP, o presidente do Conselho Consultivo Arthur Verna, a diretora social Carolina Tancredi, o diretor Paulo César Pierre Braga e o membro do Conselho Consultivo Flausino Marquez Rezende; o diretor do Sescon-SP, João Edison Deméo, e o Contabilista e presidente do Movimento Poético Nacional, Walter Argento.

SUPERAÇÃO E MÚSICA MEXICANA CATIVAM PÚBLICO DO ESPAÇO CULTURAL CRC SP

O Espaço Cultural CRC SP começou o ano com a encantadora exposição “Fábulas Poéticas”, da artista peruana Verônica Pacheco. Inaugurada no dia 5 de fevereiro de 2009, a mostra



Uma das obras de Verônica Pacheco

O MASP na visão de Stella Gomide



é composta por delicadas aquarelas que retratam arlequins, fadas, bailarinas e outras graciosas figuras.

Diagnosticada com uma disfunção cerebral quando tinha apenas um ano de idade, a artista teve contato com as artes durante um programa de terapia ocupacional. Ela começou a produzir obras a óleo, acrílico e aquarela a partir de 1999 e sua primeira exposição foi realizada em 2002, na Galeria de Arte da Escola Nacional de Belas Artes do Peru.

Para o presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello, o trabalho da pintora é um exemplo de superação. “Vemos tantas pessoas queixando-se sobre problemas sem gravidade, enquanto outros não se deixam vencer pelas dificuldades e produzem obras tão bonitas e interessantes”, concluiu.

O assessor do gabinete da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, José Luiz Zanzini, destaca que o trabalho de entidades para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade está permitindo, com frequência cada vez maior, a descoberta de novos talentos.

O vice-presidente de Fiscalização do CRC SP, Claudio Avelino Mac-



Jovens músicos apresentam sua arte

Knight Filippi, elogiou a apresentação do grupo hispano-americano Del Marichi, que foi formado em 1989 com o intuito de divulgar a cultura ameríndia por meio da música.

O público que lotou o auditório do CRC SP também se animou com as músicas tocadas, cantando algumas das canções.

Estavam presentes na cerimônia de abertura o presidente do Conselho Consultivo do Sindcont-SP, Arthur Verna, e o Contabilista e presidente do Movimento Poético Nacional, Walter Argento.

A abertura foi feita pelo vice-coordenador da Comissão de Projetos Culturais do CRC SP, Arnaldo Longhi Colonna. O evento foi organizado numa parceria do CRC SP, por meio da Comissão de Projetos Culturais, com o IPH (Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico no Estado de São Paulo). A mostra tem curadoria do superintendente do Patrimônio Cultural da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Emanuel von Lauenstein Massarani.



Sistemas Administrativos e Gerenciais

Se o seu concorrente usa Glan Data, fique de olho. Sua Empresa pode estar ficando para trás.

 <p>Gerenciador de Custos A Mensalidade do Seu cliente está correta? Você sabe quanto custa o seu cliente? A Distribuição de trabalho entre os funcionários está correta?</p> <p>RH - Online Interatividade do DP com o RH do cliente. Diminuição de 85% do serviço do DP.</p> <p>Gerenciador de Arquivos Eletrônico Controle interno e externo da documentação do cliente</p>	<p>Folha de Pagamento</p> <p>Contabilidade</p> <p>Escrita Fiscal</p> <p>Fluxo de Caixa</p> <div style="text-align: center; border: 2px solid yellow; border-radius: 50%; padding: 10px; width: fit-content; margin: 0 auto;">  </div>	<p>Projeto Empresa</p> <p>Financeiro</p> <p>Faturamento</p> <p>Estoque</p> <p>Compras</p> <p>Emissor de Nota Fiscal</p> <p>Integração com os Módulos Contábil e Escrita Fiscal</p>
--	---	--

Solicite uma Demonstração sem compromisso: (11) 4461-4771 - (11) 4461-0080 vendas@glandata.com.br www.glandata.com.br



EM MOMENTO DE GRANDE PRESTÍGIO, CRC SP COMEMORA 62 ANOS



O Contabilista e deputado federal Arnaldo Faria de Sá discursa na solenidade

Os 62 anos de instalação do CRC SP foram lembrados na sessão solene do dia 15 de dezembro de 2008, realizada em sua sede. O presidente Sergio Prado de Mello recebeu as autoridades e os Contabilistas que foram homenageados no evento.

Estavam presentes o Contabilista e deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP); o vice-presidente de Controle Interno do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), Adeildo Osório de Oliveira, representando a presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim; os presidentes dos CRCs Sérgio Faraco (Santa Catarina) e Edson Franco de Moraes (Paraíba); o presidente do CRC SP na gestão 1989-1990 e detentor da Medalha João Lyra, Sérgio Approbato Machado, e o então presidente do Ibracon 5ª Seção Regional (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), José Luiz Ribeiro de Carvalho, além de inúmeras outras personalidades.

O deputado Faria de Sá saudou o CRC SP pelo aniversário e disse que a participação da entidade foi fundamental para que as empresas de Contabilidade fossem enquadradas no Anexo III, do Projeto de Lei Complementar nº 2, aprovado no dia 10 de dezembro de 2008. A reivindicação dos Contabilistas foi levada pelo presidente Sergio Prado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em junho deste ano.

Faria de Sá disse ainda que o CRC SP, entidade mãe dos Contabilistas, é fundamental para o enfrentamento do atual caos econômico mundial, “pois caberá aos profissionais da Contabilidade o trabalho de rescaldo da crise”.



Auditório lotado comemora aniversário do CRC SP

O então presidente do Ibracon 5ª Seção Regional, ao falar em nome das Entidades Contábeis Congregadas, também abordou o papel dos Contabilistas para este momento de recessão. “Como em 1946, ano de instalação do CRC SP, quando o mundo enfrentava o difícil momento do pós-guerra”, disse José Luiz, “caberá aos Contabilistas aplicar sua ciência e imparcialidade para enfrentar este novo ciclo de dificuldades”.

Diplomas de Mérito e Gratidão foram entregues pelo presidente Sergio Prado “como reconhecimento pelos relevantes serviços profissionais prestados à sociedade” aos ex-delegados Antonio Ademir Bobice, de Limeira; Edson Valmir Alves da Silva, de Artur Nogueira, Norberto Francisco Fonseca Alves, de Catanduva, e Paulo César Adorno, de Itapira.

Também receberam a homenagem os ex-delegados regionais Antonio Razoppi, de Santo André, e Marcos Augusto Apóstolo, de São José do Rio Preto.

Apóstolo falou em nome dos homenageados com o diploma e disse que se sentia muito feliz por ter “cumprido o dever de somar, servir e ter como grande ativo os amigos que fiz como delegado regional do CRC SP”.

ENTREGA DE MEDALHAS

Criada para agradecer o Contabilista que se dedica



“Seis décadas depois de instalado este Conselho Regional de Contabilidade”, rememorou Sergio Prado, “os 112.000 Contabilistas e as 18.000 empresas contábeis do Estado de São Paulo têm como legado esta sede de 11.000 metros quadrados e mais o prédio ao lado, de 7.000 metros quadrados, adquirido no ano passado, que está sendo reformado e será entregue aos Contabilistas em 2009”.

Sergio Prado disse também que o CRC SP chega aos 62 anos “como uma entidade de grande importância e enorme prestígio, de tal forma que seu presidente foi recebido pelo presidente Lula em junho deste ano e esteve com ele mais duas vezes nos últimos seis meses, gerando um crescente respeito junto ao Conselho Federal de Contabilidade”.

Ele cumprimentou todos os Contabilistas “pelo trabalho digno, pela contribuição ao Brasil, à sociedade, aos cidadãos”. E completou: “neste aniversário, a condecoração que o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo ofereceu aos ilustres Contabilistas, muito justamente homenageados nesta noite pela grande contribuição à Contabilidade e à sociedade, é o nosso preito de gratidão a cada Contabilista paulista”.

Ex-delegados são lembrados pelo trabalho desenvolvido

às entidades contábeis, a Medalha Joaquim Monteiro de Carvalho homenageou diversas personalidades da Contabilidade paulista.

A presidente do CRC SP na gestão 1994, Célia Regina de Castro, recebeu a medalha e o diploma de sua madrinha, a vice-presidente de Registro do CRC SP, Celina Coutinho.

O Contador e empresário da Contabilidade, delegado do CRC SP em Americana durante 42 anos, Darci Marino, teve como paraninfo o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRC SP, Luiz Fernando Nóbrega.

O Contador e responsável técnico pela Auditoria junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), Mário José Antunes, recebeu sua homenagem do vice-presidente de Fiscalização do CRC SP, Claudio Aveilino Mac-Knight Filippi.

O Contabilista e funcionário do CRC SP no período de 1949 a 1951, Vicente Celeste Amadei, foi agraciado pelo seu paraninfo, o presidente Sergio Prado.

A Medalha Horácio Berlinck, oferecida aos que se distinguem na área acadêmica, foi entregue ao professor e ex-conselheiro do CRC SP, Hajime

Isayama, pelo vice-presidente de Administração e Finanças, Domingos Orestes Chiomento.

Em nome dos medalhados, Isayama agradeceu ao CRC SP pelo incentivo que a láurea confere aos profissionais dedicados ao ensino. Professor há 22 anos, Isayama foi conselheiro do CRC SP por mais de uma década.

O vice-presidente de Controle Interno do CFC, Adeildo Osório de Oliveira, cumprimentou o CRC SP pelos grandes vultos da Contabilidade paulista, acrescentando que “a profissão se constrói no dia-a-dia e o momento é de grande movimentação, não apenas pela convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, mas pela atuação dos Contabilistas nesta hora de crise mundial”.

Encerrando a sessão solene, o presidente Sergio Prado lembrou que a instalação do CRC SP, no dia 14 de dezembro de 1946, foi feita numa sala emprestada pelo Sindicato dos Contabilistas de São Paulo.



Hajime Isayama fala em nome dos homenageados



CRC SP DESENVOLVERÁ PROJETO DE ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e a CTOC (Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas) de Portugal estão implementando uma parceria denominada “Projeto de Transferência do Conhecimento da Profissão Contábil para os Países de Língua Portuguesa – Experiências do Brasil e Portugal”.

O projeto foi assinado pela presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, e pelo presidente do CTOC, Antonio Domingues de Azevedo. Foram formados um Comitê Gestor do Projeto e cinco Subcomissões para a ação conjunta dos países.

O projeto começou a ser elaborado em maio de 2008, em Lisboa, com a assinatura de um protocolo entre o CFC e a CTOC, prevendo, inicialmente, a transferência do conhecimento para Angola e Moçambique.

Em agosto, durante o 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Gramado, no Rio Grande do Sul, houve o lançamento do projeto e a elaboração do calendário de reuniões a serem realizadas.

Representantes do CFC e da CTOC fazem parte do Comitê Gestor do Projeto. Pelo CFC, a presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim; os vice-presidentes Sílvia Mara Leite Cavalcanti (Administração), José Martônio Alves Coelho (Desenvolvimento Profissional) e Juarez Domingues Carneiro (Desenvolvimento Operacional) e o presidente da FBC (Fundação Brasileira de Contabilidade), José Antônio de França.

O CTOC está representado no Comitê Gestor pelo presidente Antonio Domingues de Azevedo e pelos Técnicos Oficiais de Contas Armando Pereira Marques, Filomena Maria Felgueiras Abreu Lima Moreira, Jaime Soares dos Santos e Mário de Souza Azevedo.

As Subcomissões criadas e seus objetivos são os seguintes:

1) Subcomissão de Organização Profissional, a cargo do CRC SP: deverá realizar estudos e desenvolver ações e iniciativas pertinentes à organização

O projeto começou a ser elaborado em maio de 2008, em Lisboa, com a assinatura de um protocolo entre o CFC e a CTOC.

da profissão, sua regulamentação ética e deontologia profissional, registro e fiscalização do exercício profissional e exigências acadêmicas de admissão na profissão, atribuições profissionais e estrutura organizacional.

2) Subcomissão de Formação Profissional Continuada, sob responsabilidade do CRCMG: o objetivo é realizar, de forma presencial ou à distância, seminários, congressos, *workshops*, exposições dos assuntos e obras pertinentes à Contabilidade, cursos específicos de formação profissional, intercâmbio de experiências, de profissionais e de publicação de obras.

3) Subcomissão de Apoio e Incentivo ao Ensino de Graduação, Pós-graduação, Mestrados e Doutorados, composta pelo CRCRS: deverá apoiar e incentivar o intercâmbio acadêmico



entre as Instituições de Ensino Superior existentes no países idealizadores e nos países objeto do presente protocolo.

4) Subcomissão de Responsabilidade Profissional, Social e Ambiental, sob responsabilidade do CRCSC: para estimular a realização de Programas e Projetos de Responsabilidade Profissional, Social e Ambiental (Balanço Social, Responsabilidade Social e Ambiental, Inclusão Social etc.) nos países participantes do projeto.

5) Subcomissão de Acervo Cultural, que será desenvolvida pelo CRC-RJ: responsável por desenvolver estudos e pesquisas, bem como viabilizar ações que permitam a criação de acervo cultural de Contabilidade em cada um dos países de língua portuguesa.

O CRC SP E A SUBCOMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL

O presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello, recebeu, no dia 1º de dezembro de 2008, o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Juarez Domingues Carneiro, para a primeira reunião, em São Paulo, da Subcomissão de Organização Profissional.

A Subcomissão que ficará sob responsabilidade do CRC SP é composta pelo presidente Sergio Prado de Mello, José Joaquim Boarin, Frederico Loureiro Coelho, Romualdo Batista de Melo, Valdir Pietrobon e o vice-presidente de Desenvolvimento Técnico do CFC, Nelson Mitimasa Jinzenji, que coordenará os trabalhos dessa Subcomissão.



Durante a reunião, o “Projeto de Transferência do Conhecimento da Profissão Contábil para os Países de Língua Portuguesa – Experiências do Brasil e Portugal” foi analisado e discutido pelos componentes da Subcomissão de Organização Profissional e montado um calendário dos trabalhos que serão desenvolvidos nos próximos meses.

KEYCOM SOLUTIONS AUTOMAÇÃO COMPLETA PARA SUA EMPRESA!



Conte também com nosso Departamento de Cabling que oferece soluções como:

- *Cabeamento Estruturado;
- *Cabeamento Elétrico;
- *Sistema de Segurança e CFTV.

(11) 3683-6969
Osasco-SP

www.keycomsolutions.com.br
comercial@keycomsolutions.com.br

**KEYCOM
SOLUTIONS**

- *Equipamentos
- *Suprimentos
- *Software
- *Serviços

Consulte-nos!


Bematech



PUBLICAÇÃO DO CFC TRAZ SUGESTÃO DE CONTEÚDO CURRICULAR PARA CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O CFC (Conselho Federal de Contabilidade), com o apoio da FBC (Fundação Brasileira de Contabilidade), lançou, em 2008, o livro Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis, fundamentado no atual contexto do ensino de Contabilidade no Brasil.

Para a elaboração da obra, os autores levaram em consideração as transformações pelas quais o mundo está passando e que influenciam na atuação do Contabilista. Por isso, o livro indica disciplinas e conteúdos que “refletem as disposições atuais e que podem satisfazer as necessidades do profissional de Contabilidade da era do conhecimento”.

Professores e coordenadores de cursos de Ciências Contábeis em todo o País contribuíram com a publicação, enviando sugestões, que foram analisadas pelos autores.

O trabalho está de acordo com a Resolução CNE/CES (Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior) nº 10/04, de 10 de dezembro de 2004, tanto para cursos presenciais quanto para aqueles de ensino à distância.

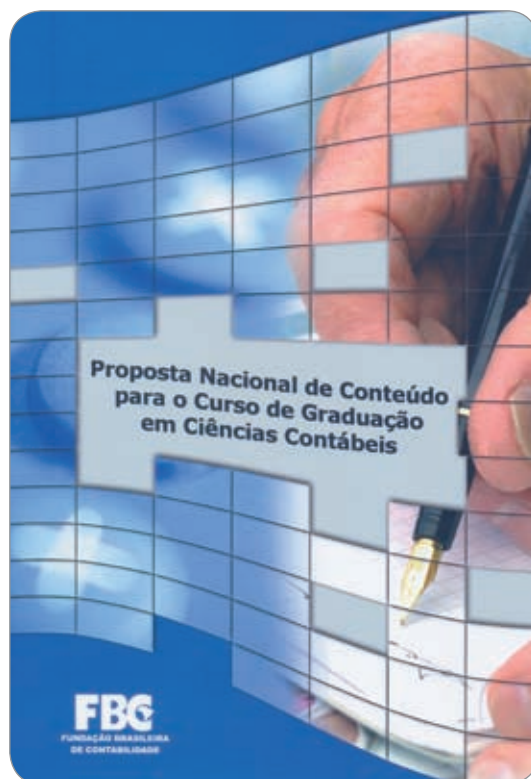
É importante destacar que a proposta contribui para a elaboração da matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis e pode ser adaptada de acordo com características regionais ou caso surjam novas regulamentações sobre a política educacional no Brasil, como, por exemplo, as Normas Internacionais de Contabilidade e Auditoria.

O livro foi elaborado pela presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim; pelo presidente da FBC, José Antonio de França; pelo vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Juarez Domingues Carneiro; pela vice-presidente de Gestão do CRCRS, Ana Tércia Lopes Rodrigues; e pelos conselheiros José Joaquim Boarin (CRC SP) e Marisa Luciana Schwabe de Moraes (CRC SC).

Professores e coordenadores de cursos de Ciências Contábeis em todo o País contribuíram com a publicação, enviando sugestões,

que foram analisadas pelos autores. A apreciação do trabalho aconteceu a partir do II Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis.

Adicionalmente à Proposta Nacional de Conteúdo constante no livro, os futuros profissionais deverão preparar-se para adquirir conhecimentos sobre os vários tipos de negócios e setores para prestar serviços especializados aos futuros clientes, com informações atualizadas e respectivos efeitos fiscais e societários.



ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS PASSAM DO ANEXO V PARA O III

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Complementar nº 128/08, atendendo a uma demanda dos Contabilistas que pediam que os escritórios de serviços contábeis fossem transferidos do Anexo V para o III.

O CRC SP participou ativamente da campanha por essa alteração. Em encontro com o presidente da República, em 16 de junho de 2008, o presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello, argumentou sobre a importância dessa mudança de enquadramento. Durante a realização do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, em agosto, diante de mais de 6 mil participantes, Lula comprometeu-se a atender a reivindicação levada pelo CRC SP.

A transferência do Anexo V para o III torna mais justa a carga tributária para esta modalidade de microempresas. Outras atividades de prestação de serviço também foram contempladas.

A transferência do Anexo V para o III torna mais justa a carga tributária para as microempresas contábeis.

Em contrapartida, os escritórios de Contabilidade deverão promover atendimento gratuito relativo à inscrição, à primeira declaração anual simplificada da microempresa e à opção de que trata o artigo 18-A da Lei Complementar nº 128/08. Para tanto, poderão ser firmados convênios com a União, os Estados e Municípios.

Segundo o artigo 18-A, o MEI (microempreendedor individual – aquele cuja receita bruta no ano-calendário anterior tenha sido de até R\$ 36 mil) terá a opção de recolher impostos e contribuições, enquadrados no Simples Nacional, em valores mensais e fixos.

Os escritórios de serviços contábeis ficarão incumbidos também de fornecer resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre as microempresas e empresas de pequeno porte que optaram pelo Simples Nacional.

Outra determinação é que os escritórios promovam eventos de orientação fiscal, contábil e tributária para seus clientes, as microempresas e empresas de pequeno porte que optaram pelo Supersimples.

De acordo com o artigo 3º da Lei, a alteração entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2009.



Windows Vista™



BNDES



SUPERSOFT[®]
S I S T E M A S

Preparados
para o Sped

Sistemas Contábeis e Gestão Empresarial

Solicite uma versão demonstrativa

www.supersoft.com.br

0800 12 7455 | 11 2626-1835 | 19 3522-8300

AUTOMAÇÃO CONTÁBIL: Contabilidade, Escrita Fiscal, Folha de Pagamento, Controle Patrimonial, Adm. de Escritório
GESTÃO EMPRESARIAL: Vendas, Compras, Estoque, Custos e Formação de Preços, Financeiro, Qualidade, PPCP, Sac e Assistência Técnica, PPP.



MUDANÇAS NA CONTABILIDADE SÃO UMA CONSTANTE: PROFISSIONAIS DEVEM SE PREPARAR PARA FAZER A DIFERENÇA

« Primeira mulher a presidir o Ibracon Nacional (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), cargo que assumiu em janeiro deste ano, Ana María Elorrieta é formada em Ciências Econômicas pela Universidade de Buenos Aires, Argentina, com título revalidado pela Universidade de São Paulo. Integrante do grupo de trabalho das normas de Contabilidade do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), de 1998 a 2003, representou esta entidade no Comitê Internacional de Normas de Auditoria da Federação Internacional de Contadores entre 1998 e 2003, quando liderou os trabalhos da força-tarefa que preparou a Norma Internacional de Controle de Qualidade nº 1. Integrou a Diretoria Nacional do Ibracon no período de 1998 a 2004 e atuou no mesmo Instituto como diretora técnica de 2005 a 2008. Possui experiência no atendimento de trabalhos de Auditoria de clientes nacionais e internacionais, liderando desde 1998 a área de Risco e Qualidade da PricewaterhouseCoopers do Brasil. »

QUAIS OS PLANOS PARA A SUA GESTÃO?

Nossos planos de gestão preveem ações no sentido de dar relevância, credibilidade e excelência ao trabalho dos Auditores Independentes e ao Instituto. Relevância e credibilidade porque sabemos da contribuição que a atividade dos Auditores Independentes tem a fazer ao mercado de capitais, ao sistema financeiro e ao desenvolvimento sustentável da comunidade. Quanto à excelência,

buscaremos sempre as Normas de Contabilidade, de Auditoria e regulamentárias da mais alta qualidade. Este processo será conduzido por meio da convergência já em curso.

COMO ESTÁ SENDO A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE ÀS INTERNACIONAIS?

Como é de conhecimento, este processo iniciou-se com o requerimento dos reguladores (Ban-

co Central, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados, nessa ordem) de que as entidades sob suas respectivas jurisdições preparassem em 2010 as Demonstrações Contábeis consolidadas de acordo com as IFRS (*International Financial Reporting Standards* - Normas Internacionais de Contabilidade). Continuou com a formação do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) como forma de possibilitar a emissão de Normas

Brasileiras convergidas com as IFRS. Este processo se completa com a Lei nº 11.683/07, que confirma a decisão deste caminho. As empresas estão trabalhando arduamente para se adaptar na implementação das normas que vem sendo produzidas nesse caminho. Acho que a comunidade de negócios e de profissionais da área contábil está buscando o sucesso do processo.

A CVM COLOCOU EM AUDIÊNCIA PÚBLICA UMA MINUTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE O TREINAMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES COM FOCO NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE. HÁ NECESSIDADE DESSE TREINAMENTO?

Um elemento fundamental para que a convergência para as IFRS se concretize com o mais alto nível de qualidade é a garantia de que todos os profissionais tenham a formação necessária. No caso dos Auditores Independentes, também há necessidade que aqueles que auditam Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com esse marco conceitual estejam adequadamente preparados para isto. Certamente a este requerimento se agrega a expectativa, não regulada pela comissão, de que similar preparação ocorra no nível dos preparadores das Demonstrações Contábeis.

EM RELAÇÃO AO RODÍZIO DAS EMPRESAS DE AUDITORIA, EM 2008, A CVM ELABOROU DELIBERAÇÃO TORNANDO-O FACULTATIVO ATÉ 2011 E O BACEN ALTEROU AS REGRAS DESSE RODÍZIO PARA AS INSTITUIÇÕES POR ELE REGULADAS. QUAL O POSICIONAMENTO DO IBRACON EM RELAÇÃO AO RODÍZIO E A ESSAS MUDANÇAS DAS DUAS ENTIDADES?

O Ibracon é totalmente contrário a qualquer forma de rodízio de firmas

de Auditoria, principalmente pelas suas consequências no risco para o investidor e nos custos relacionados. Este posicionamento é consistente com as melhores práticas internacionais. O Ibracon rejeita qualquer presunção de má-fé implícita na imposição de qualquer forma de rotação mandatória de firma. Neste sentido, na opinião do Ibracon, a resposta certa para esta questão é a rotação dos profissionais-chaves da equipe como já previsto nas normas profissionais do Conselho Federal de Contabilidade. Desta forma, a decisão do Bacen de acabar com essa rotação foi muito bem acolhida pelo

As mulheres já alcançaram uma participação de igual a igual com os homens nesta profissão e outras. Hoje não vejo que exista qualquer diferença. A participação nos processos de liderança da profissão já tem importantes precedentes.



ANA MARÍA ELORRIETA

Ibracon. A CVM ainda não decidiu. Esperamos ter a oportunidade de continuar o debate. O rodízio não contribui à qualidade das Demonstrações Contábeis.

COMO ESTÁ O ANDAMENTO DA TRADUÇÃO DAS REGRAS DO IASB (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD - COMITÊ DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE) PELO IBRACON?

A tradução e revisão estão em curso, estamos envolvendo um grande número de profissionais experientes no processo, que esperamos completar proximamente.



A CONTABILIDADE SEMPRE FOI CONSIDERADA UMA ÁREA PREDOMINANTEMENTE MASCULINA. PORÉM, NOS ÚLTIMOS ANOS, É CADA VEZ MAIOR O NÚMERO DE MULHERES INGRESSANDO E ATUANDO NA PROFISSÃO. COMO A PRIMEIRA MULHER A ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DA DIRETORIA NACIONAL DO IBRACON, O QUANTO A SENHORA ACHA QUE AINDA PRECISA SER ALCANÇADO PELAS MULHERES?

Pessoalmente, acho que as mulheres já alcançaram uma participação de igual a igual com os homens nesta profissão e outras. Hoje não vejo que exista qualquer diferença. A participação nos processos de liderança da profissão já tem importantes precedentes. A presidente do CFC é um exemplo. Poderia convocar as profissionais a se aproximarem das entidades visando à sua participação crescente no âmbito político institucional.

VÁRIAS LIDERANÇAS CONTÁBEIS DEFENDEM UMA ATUAÇÃO POLÍTICA MAIS FORTE DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CONTABILIDADE. QUAL É A SUA OPINIÃO?

Considero que os profissionais da Contabilidade vêm tendo uma atuação política crescente, objetivando assegurar que a profissão ocupe os espaços que lhe correspondem. As entidades estão aprendendo a ocupar esse espaço. Essa ação política deve procurar a relevância, credibilidade e excelência que falava inicialmente.

O QUE A SENHORA SUGERIRIA PARA A MELHORIA DA IMAGEM DO PROFISSIONAL CONTÁBIL?

Temos que trabalhar para que a nossa responsabilidade seja melhor entendida, nossas formas de atuação e que se aprecie o tamanho de nossa contribuição. Há também expectativas no mercado que devem ser

esclarecidas, principalmente quanto à responsabilidade pela identificação de fraudes.

A SENHORA ACREDITA QUE A ATUAL CRISE ECONÔMICA VAI AFETAR O MERCADO DE TRABALHO DOS CONTABILISTAS?

Considero que o principal impacto da crise econômica afeta a complexidade do mercado em que trabalham os Contabilistas, com transações mais difíceis de entender, mais difíceis de enquadrar nas normas aplicáveis etc. Isto requer profissionais cada vez melhor preparados e sempre atualizados.

COMO TEM SIDO A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS RECÉM-FORMADOS? A SENHORA ESTÁ SATISFEITA COM OS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS?

Acho que o *curriculum* dos cursos de Ciências Contábeis devem ser atualizados urgentemente para incorporar todos os aspectos da convergência que comentamos anteriormente. A atuação dos profissionais recém-formados representa um constante desafio para os profissionais que os recebem, eles enfrentam um ambiente mais complexo. Os novos profissionais têm um sentido

diferente dos tempos, buscam um equilíbrio maior entre trabalho e vida pessoal.

QUAIS OS REQUISITOS ESSENCIAIS PARA SE TORNAR UM AUDITOR DE SUCESSO?

Estar preparado para lidar com as dificuldades da realidade dos negócios e das Normas de Contabilidade e Auditoria, entender que há uma necessidade de constante formação (com cursos de especialização) e atualização, ter um alto nível de ceticismo profissional. Particularmente nos próximos meses, serão emitidas Normas de Auditoria aplicáveis no Brasil convergidas com as Normas Internacionais emitidas pela Ifac (*International Federation of Accountants* - Federação Internacional de Contadores). Precisamos assegurar que todos os Auditores se preparem para este novo desafio.

NA SUA OPINIÃO, OS CONTABILISTAS DEVEM PARTICIPAR DE AÇÕES SOCIAIS EM PROL DO MEIO AMBIENTE, POR EXEMPLO?

Antes de sermos Contabilistas, somos cidadãos e temos que desenvolver um crescente compromisso com a comunidade em que atuamos. Como Contabilistas, podemos contribuir de modo especializado, inclusive em prol do meio ambiente.

O QUE A SENHORA DIRIA PARA OS CONTABILISTAS QUE ESTÃO CHEGANDO AGORA AO MERCADO DE TRABALHO?

Recomendo que se preocupem com sua formação e atualização permanente. Temos que quebrar os paradigmas já que a mudança é agora uma constante. Com isto, todos os profissionais estarão se preparando para fazer diferença.

Antes de sermos Contabilistas, somos cidadãos e temos que desenvolver um crescente compromisso com a comunidade.

Os softwares Folhamatic estão preparados para atender o SPED

(EFD - ECD - NF-e).



CVM

- ITR
- DFP

NF-e

- Geração XML

PIS/Cofins

- Dacon

IRPJ

- LALUR

ICMS

- Apuração ICMS
- GIA

CSLL

- Apuração

Susep

- Formulários
- Publicações

ISS

- Apuração ISS

Central Inf. Periódicas

- Demonstrações Contábeis
- Financeiras e Fiscais

Livros Fiscais

- Entradas
- Saídas
- Inventário

Outros

- DIPJ
- DIRF
- DCPMF
- DIF-Papel Imune
- DCTF

IPI

- Apuração do IPI
- DIPJ
- DNF
- DIF-Cigarros
- DIF-Bebidas
- DCP
- Selos de Controle

Livros Contábeis

- Diário
- Razão

Bacen

- Balancetes
- IFT
- Publicações

Fonte: www1.receita.fazenda.gov.br

O projeto SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) é o mais novo avanço na informação da relação fisco-contribuinte. Os livros contábeis e fiscais, bem como outras obrigações acessórias em papel como a Nota Fiscal, serão substituídos por arquivos eletrônicos.

A Folhamatic busca sempre antecipar-se às exigências legais disponibilizadas pelo governo, demonstrando assim o seu comprometimento com os clientes. Nosso SPED Fiscal e NF-e já estão disponíveis e nosso SPED Contábil está validado pelo PVA (Programa Validador e Assinador) do Governo, desde março/2008.

Suporte Técnico



Matriz Folhamatic Americana/SP



Fábrica de Softwares



ESTRUTURA FOLHAMATIC

Produtos Folhamatic. Feitos por pessoas para pessoas.

Para seu escritório:



- e-CRM Contábil
- Folha de Pagamento
- Escrita Fiscal
- Impostos
- Livro Caixa
- Contabilidade
- LALUR
- Ativo Imobilizado
- Administrador de Escritório Contábil
- Cálculo de Impostos em Atraso
- Fiscalmatic Completo

Para sua empresa:



- Financeiro/FSbank
- Contas a Pagar
- Contas a Receber
- Fluxo de Caixa
- Controle Bancário
- Faturamento
- Estoque de Matérias Primas
- Estoque de Produto Final
- Ordem de Produção

0800 015 4400

www.folhamatic.com.br



FOLHAMATIC
TECNOLOGIA EM SISTEMAS

Uma empresa feita por pessoas

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo inova e conclui mais uma etapa no processo de melhorias aos Contabilistas.

Boletim CRC SP Eletrônico

Divulgue e acesse
www.crcsp.org.br

- + inovação
- + evolução
- + agilidade
- + facilidade

A partir de junho, acesse o *Boletim CRC SP Eletrônico*
no Portal do CRC SP: www.crcsp.org.br
Dúvidas e sugestões: crcsp@crcsp.org.br



Contabilidade:
Sustentabilidade
das empresas